

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

CAMPUS SANTA INÊS

CURSO DE PEDAGOGIA

BEATRIZ DA SILVA APOLINA

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS
PROFESSORES:** o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do
ensino fundamental.

Santa Inês

2024

BEATRIZ DA SILVA APOLINA

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS
PROFESSORES:** o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do
ensino fundamental.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, do Campus Santa Inês, como requisito para o grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

Santa Inês
2024

Apolina, Beatriz da Silva.

Planejamento educacional e escolar sob a ótica dos professores: o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. / Beatriz da Silva Apolina – Santa Inês - MA, 2024.

93f.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia Licenciatura, Campus de Santa Inês, Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

1. Planejamento. 2. Plano de Aula. 3. Ensino-aprendizagem I. Título.

CDU: 37.014.542(812.1)

BEATRIZ DA SILVA APOLINA

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Monografia apresentada junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, do Campus Santa Inês, para obtenção de grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 17/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUCENILDA SUELI MENDES CAVALCANTE ABREU**
Data: 06/01/2025 16:22:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu. (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará, Brasil

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA DE FATIMA FERRARO NUNES**
Data: 14/02/2025 15:20:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniela De Fátima Ferraro Nunes (1º examinador)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará, Brasil

Documento assinado digitalmente
 **IVANA ALVES PEREIRA**
Data: 13/02/2025 15:12:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ivana Alves Ramos (2º examinador)
Especialista em Psicopedagogia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir viver a experiência que a Universidade Estadual do Maranhão por meio do curso de Pedagogia me proporcionou, por todo aprendizado que adquiri nessa caminhada árdua cheia de lutas e conquistas.

A cada professor dedicado em repassar os conhecimentos que durante esse tempo eu aprendi e desenvolvi.

A secretária do curso de Pedagogia Samara Pinto de Sousa Martins que sempre esta pronta a ajudar na parte burocrática, ela faz um excelente trabalho e merece meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Welington Ademar Apolina e Edna Lopes da Silva, que nunca soltaram a minha mão e acreditaram que eu concluiria com êxito essa trajetória e depositaram a sua confiança em mim desde a inscrição. Eles sempre me entregavam em oração aos cuidados de Deus, pedindo que eu fosse uma mulher cheia de sabedoria e inteligente, sou grata por ser a filha dos seus olhos.

Também, a colega de ensino médio Naylda Oliveira da Silva, que me acompanhou nessa trajetória estudantil nos trabalhos em grupo e em dupla.

Ao meu tio José Alberto dos Santos que não mediu esforços para reparar meus meios computacionais que desde o início viviam me deixando na mão.

A minha orientadora Professora Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu, que aceitou gentilmente a tarefa de nos orientar e nos apoiou e compartilhou conosco seus conhecimentos.

Por último, agradeço admiravelmente ao meu futuro esposo, Dyego Nykmak Sousa Santos, que se manteve ao meu lado me ajudando e me apoiando de diversas formas. Tive a experiência de perder por diversas vezes o que havia escrito e perdi todos os meus meios computacionais, mas com a ajuda dele pude dar continuidade a um trabalho que me custou muita dedicação. Mas que eu acreditava ser um esforço que poderia acrescentar uma perspectiva crítica aos leitores sobre a temática.

A todos os citandos, dedico minha imensa gratidão, pois sem eles eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

A pesquisa buscou investigar sob a perspectiva dos professores as concepções sobre planejamento educacional e escolar e as possíveis implicações do planejamento na prática pedagógica e no processo efetivo de ensino-aprendizagem. A temática é descrita principalmente, além de outros autores, sob a visão de Vasconcellos (2010), que vai dividir o planejamento em dois grandes blocos, a saber: planejamento educacional e planejamento escolar, os mesmos compõem partes que se interligam para formar um todo com o fim de atender desde as necessidades educacionais em nível nacional até chegar à sala de aula. Por meio dessa investigação foi possível observar que ainda há um distanciamento entre as prerrogativas legais e a prática pedagógica dos professores, aspectos que remetem a discussões e reflexões sobre ações críticas frente à elaboração dos planejamentos e planos de aula e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chaves: Planejamento; plano de aula; ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The research sought to investigate, from the perspective of teachers, the conceptions about educational and school planning and the possible implications of planning in pedagogical practice and in the effective teaching-learning process. The theme is described mainly, among other authors, from the perspective of Vasconcellos (2010), who divides planning into two large blocks, namely: educational planning and school planning, which comprise parts that are interconnected to form a whole with the aim of meeting educational needs at a national level until reaching the classroom. Through this investigation, it was possible to observe that there is still a gap between the legal prerogatives and the pedagogical practice of teachers, aspects that lead to discussions and reflections on critical actions regarding the elaboration of planning and lesson plans and their implications in the teaching-learning process.

Keywords: Planning; lesson plan; teaching-learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR	7
2.1 Esboço histórico da elaboração do Planejamento Nacional de educação.....	8
2.1.1 PNE 2014-2024: o que dizem os dados do monitoramento do INEP sobre o alcance das metas	12
2.2 Planejamento Curricular	16
2.3 Planejamento escolar: Projeto Político Pedagógico (PPP)	20
3 PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: ETAPAS, INCUBÊNCIAS E IMPACTOS.....	24
3.1 Etapas do projeto de ensino-aprendizagem : Plano de Curso, Plano de Unidade, Plano de Aula	25
3.1.1 O professor e a elaboração do plano de aula: prerrogativas legais	27
3.2 A elaboração do plano de aula e as implicações na aprendizagem dos alunos	32
4 PERSPECTIVAS SOBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR: O que dizem gestores, supervisores e professores sobre o plano de aula e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem	38
4.1 Caracterizações das escolas campo	39
4.1.1 Escolas da rede pública.....	40
4.1.2 Escolas da rede particular	40
4.2 Perfis dos professores participantes da pesquisa	41
4.2.1 Professores da rede pública	41
4.2.2 Professores da rede particular	42
4.3 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos professores da rede pública e particular de ensino	42
4.4 Perfis dos gestores participantes da pesquisa	50
4.4.1 Gestores da rede pública.....	51

4.4.2 Gestores da rede particular	51
4.5 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos gestores da rede pública e particular de ensino	51
4.6 Perfis dos supervisores participantes da pesquisa	55
4.6.1 Supervisores da rede pública	55
4.6.2 Supervisores da rede particular.....	55
4.7 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos supervisores da rede pública e particular de ensino	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	68
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA O/A PROFESSOR/A.....	70
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA O/A GESTOR/A.....	75
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA O/A SUPERVISOR/A.....	80
ANEXO A –Ofício nº 03/2024 – DIR PED/UEMA-Escola Municipal Ferdnan Gutman	85
ANEXO B –Ofício nº 04/2024 – DIR PED/UEMA- Escola Municipal Papa João Paulo II	86
ANEXO C –Ofício nº 05/2024 – DIR PED/UEMA- C. E. Menino Jesus	87
ANEXO D –Ofício nº 06/2024 – DIR PED/UEMA- Escola Adventista de Santa Inês	88

1 INTRODUÇÃO

Na escola, é onde se estabelece as relações de conhecimento sistemático e se institui critérios que preconizam a produção cognitiva dos estudantes com o fim de viabilizar o ensino-aprendizagem. E se tratando de um conjunto de direitos e deveres complexos requer um bom planejamento. Por meio do planejamento as instituições de ensino, asseguram procedimentos mais eficazes, proporcionando aos docentes uma articulação do conteúdo teórico com a vivência prática do aluno, onde as práticas pedagógicas precisam estar sincronizadas com a realidade social e as normas legais da educação.

Nesse sentido, no âmbito da educação o planejamento é dividido em dois grandes níveis: planejamento educacional e planejamento escolar (veremos com mais detalhes no primeiro capítulo) (Vasconcellos, 2010). Ambos contribuem para a construção do planejamento docente. Nesse sentido, o professor deve se ater ao rigor dessas preliminares antes de adentrar a sala de aula. Ele deve elaborar (além de outros documentos obrigatórios) seu plano de aula (que esta dentro do nível do planejamento escolar).

E mesmo sabendo da relevância do planejamento para o alcance dos objetivos educacionais, ainda é possível perceber no cotidiano da escola que a elaboração do plano de aula é usualmente desconsiderada e insatisfatória, pois para alguns “não faz sentido”, e para outros, “não é preciso fazer”, ou até mesmo o fato de se tratar de um “documento obrigatório” “não é preciso ser mudado”. Em alguns momentos esse documento carrega o nome de “roteiro” (que muitas vezes é só preenchido com informações vagas e sem objetivos) é que ignorado o ato de planejar, o plano fica incoerente, e os professores passam dias, semanas e anos, se amarrando a tal concepção, cimentando uma ideia sem fundamentos e ainda admitindo estar cumprindo o seu papel.

O ato de planejar, não é simplesmente montar um esquema, e sim manter propostas e indicar meios capazes de se realizar. E sabendo que o professor é central nessa tarefa ele necessita estar disposto a protagonizar a elaboração dentro de uma perspectiva crítica, e perceber que essa incumbência pode favorecer um bom desempenho, bem como ser prejudicial a sua ausência.

Embora algumas instituições de ensino velem pelo cumprimento do trabalho de cada docente, não é sua função elaborar este documento. A elaboração do Plano de aula é atribuição específica do professor. Nesse documento, o professor deve esclarecer os objetivos que nortearão o desenvolvimento de suas aulas, na produção do seu planejamento que não é

pronto e acabado e sim um processo constante de transformação. (Libâneo,1992). O principal recurso para nortear a aula do professor é o planejamento. É uma ação diária que necessita de reflexão para a produção das atividades didáticas e dos objetivos a serem alcançada no processo educacional sendo uma atividade consciente e organizada.

Todavia, o professor não está desamparado para não assumir essa delegação, temos conhecimento das dificuldades que regularmente aparecem levando o docente a se reinventar em um curto período de tempo, mas isso não é motivo para não empenhar-se em planejar. O que precisa ser levado em consideração são as informações que precisam de um critério para se inserir como necessária no bojo das atribuições educacionais e escolares.

Portanto, é preciso que tenhamos educadores dispostos a assumir essa incumbência, pois para um interessado em educação, informações desatualizadas, incoerentes e sem nenhum critério não suplantaram as necessidades assistidas hoje, daí a importância de ser uma ação planejada e pensada que categoricamente necessita de atenção e principalmente de pessoas dispostas a elaborar e executar essa tarefa.

Esses aspectos aqui discutidos importam pelo simples fato de no curso de nossas vidas vivenciarmos a escola e sem perceber participar da existência ou não de um trabalho planejado. Por isso, a discussão do Planejamento Educacional e Escolar é necessária, considerando que é preciso rever o ato de planejar, pensando criticamente na importância da elaboração do plano de aula no avanço efetivo do trabalho educacional e escolar.

Debater sobre a realização do planejamento não se configura tarefa fácil, se ela é convergida ao esquecimento ou engavetada realmente não faz sentido planejar, porém se dermos outro significado a essa prática entendo que a elaboração do planejamento não é estática e que o professor precisa buscar superar os desacertos no desenvolvimento da sua prática pedagógica buscando um significado transformador, para só assim ver outro caminho para trilhar um novo enredo para essa história se configurar em dias letivos mais produtivos.

Por esse motivo, neste trabalho realizamos além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo com gestores, supervisores e professores das redes pública e particular de ensino do município de Santa Inês.

As perspectivas declaradas sobre as implicações de observar e elaborar o planejamento escolar foram analisados baseados nos critérios descritos no método desenvolvido por Laurence Bardin (1977), somado a teoria social do discurso por Norman

Fairclough (2008).

A análise do trabalho se divide em 3 (três) principais capítulos: o primeiro capítulo apresenta dados teóricos sobre concepções e elaboração do planejamento nacional de educação ao longo do tempo e detalha a temática descrevendo a organização dos níveis de planejamento educacional escolar e as etapas: Planejamento Curricular; Projeto Político Pedagógico (PPP). No segundo capítulo o foco é detalhar as etapas do projeto de ensino-aprendizagem e o papel do professor na elaboração do plano de aula bem como a importância da elaboração do plano de aula para a aprendizagem dos alunos. No terceiro e último capítulo é onde apresentamos as perspectivas docentes obtidas por meio da pesquisa de campo sobre a temática de planejamento educacional e escolar seguida das considerações finais onde apresentaremos os resultados, discussões e inferências.

2 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR

A escola é uma instituição sistematizada que preconiza a produção intelectual dos educandos e deve viabilizar o ensino-aprendizagem admitindo uma administração vinculada ao conhecimento educacional. E se tratando de um conglomerado de direitos e deveres complexos requer um bom planejamento.

Segundo Vasconcellos (2010), no âmbito da educação o planejamento é dividido em dois níveis principais, a saber: o planejamento educacional e o planejamento escolar. O planejamento educacional engloba o tratamento dos dilemas que colaborarão para a definição de critérios em um espaço de tempo visando alcançar as metas e estratégias que sustentem o equilíbrio de um ensino que está expresso em um Plano Nacional de Educação (PNE). Seu objetivo é discutir ações e projetar atitudes necessárias para a resolução dos problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem em larga escala, definindo entre muitas possibilidades, critérios que assegurem um ensino de qualidade e que respeite a diversidade, para posteriormente desenvolver meios mais eficazes para implantar a política escolhida. Os elementos são intencionalmente reunidos com o intuito de formalizar um conjunto de ações a partir de anseios que assistiram as necessidades educativas em nível nacional, estadual e municipal.

Já o planejamento escolar é encarregado de discutir e definir as atribuições estabelecidas pelo planejamento educacional nos estabelecimentos de ensino, a eles são delegadas responsabilidades mais específicas como: elaborar o projeto político pedagógico (PPP) e o projeto de ensino-aprendizagem (plano de curso, plano de unidade e plano de aula) (Vasconcellos, 2010).

Nesse nível, o planejamento corresponde às decisões sobre a organização e funcionamento proposto pela escola e o mesmo requer a participação ativa da escola e da família. Logo, as instituições de ensino precisam apresentar o planejamento escolar, a fim de dar possibilidade, por meio de avaliações diagnósticas, da revisão de estratégias e metodologias, para facilitar suas ações e propostas. É uma tarefa árdua onde a equipe pedagógica diretiva precisa se articular e discutir quais as intenções da escola durante o ano, para que, posteriormente, os docentes tenham condições de organizar seu planejamento e colocá-lo em ação.

Como vimos ambos os níveis de planejamento são fundamentais para se determinar tratativas que sustentem conceitos bem elaborados para exercer atividades que

colaborem positivamente no processo de ensino-aprendizagem, bem como para que todos dentro desse processo consigam usar estratégias que ao se executar materializam-se suas metas e objetivos. Embora esses níveis sejam apresentados de forma ampla, eles aderem conteúdos bem mais específicos que requer um esforço coletivo para que de fato tanto a finalidade quanto a intencionalidade consigam ser alcançados, mesmo com várias tentativas ao longo do tempo como veremos adiante.

2.1 Esboço histórico da elaboração do Planejamento Nacional de educação

A necessidade de um planejamento de educação em âmbito nacional se inseriu como instrumento sistemático na prática educativa como condição para superar os improvisos, e não se constituiu em um curto espaço de tempo muito menos em um surgimento espontâneo de acordo com os escritos de Saviani (2014), essa foi uma trajetória cheia de obstáculos desde a sua iniciativa.

De acordo com Saviani (2014), com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, surge à primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o país. Que anuncia as diretrizes fundamentais e culmina com a formulação do “Plano de reconstrução educacional”. E a mesma ideia de plano passa a se configurar na legislação maior da educação brasileira e nortear a educação nacional.

Depois, na Constituição de 1934, estabeleceu-se como competência da União, fixar o Plano Nacional de Educação; para coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país. Logo, pensando nos responsáveis pela elaboração desse documento, previu-se um Conselho Nacional de Educação (CNE), cuja principal função seria a de elaborar o PNE.

Em 17 de Maio de 1937, um novo documento foi elaborado, tendo como título: “Plano de Educação Nacional”, sua estrutura exibia um texto de 504 artigos que começava por se denominar “código da educação nacional”. Ele não obteve êxito e logo depois com o advento do Estado Novo foi deixado de lado.

Já em 1961 com a Promulgação da Primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) em 20 de dezembro de 1961, a ideia de um Plano Nacional de Educação é retomada e considerada para reformulações. Diante disso surgiu a necessidade de estabelecer a criação de Fundos Nacionais de Educação (primária, média e superior) e a elaboração de um

plano de educação referente a cada fundo para garantir a qualidade da proposta de educação que se pretendia ofertar.

Em 1962, se concretiza o Primeiro Plano Nacional de Educação (aprovado pelo Conselho Federal de Educação) que concebia um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a ser alcançadas em um prazo de 8 anos, que contava com a análise dos ciclos realizada no intervalo de 4 anos. Logo esse plano, se encarregaria de estabelecer critérios para a aplicação dos recursos destinados à educação. Por se tratar de uma tentativa visivelmente aceitável a expectativa era positiva por um lado, mas por outro uma sensação de insegurança.

Nesse contexto:

Os planos que sucederam o de 1962 revelaram-se mais tentativas frustradas do que planos efetivos de educação, uma vez que as coordenadas de ação do setor eram obstaculizadas pela falta de integração entre os diferentes ministérios [...] (Libâneo; Oliveria; Toschi, 2012, p.178).

Cercado pelo advento do regime militar no ano de 1964, o protagonismo no planejamento educacional transferiu-se para os tecnocratas, cujos corpos dirigente e técnico eram, por via de regra, oriundos da área de formação correspondente às ciências econômicas o que se expressou na subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. A ideia de um planejamento educacional cai de vez no esquecimento ressurgindo só depois na década de 90 por meio da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Essa declaração foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien/Tailândia, no ano de 1990, coordenada pela UNESCO. “Esse evento reflete o acesso universal à educação e o combate ao analfabetismo, sob o entendimento de que a educação pode contribuir, dentre outros aspectos, com a paz e a solidariedade internacional” (Abreu, 2024, p.68).

Assim, a partir da recomendação da UNESCO, foi elaborado em 1993 o Plano Decenal de Educação para Todos, que visava à universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, que teve como referência a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), mencionada anteriormente. O projeto foi fruto da construção de planos decenais em estados e municípios, desde maio de 1993, e de debates iniciados no mesmo período com a participação de entidades da sociedade civil como: a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), e de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ao término dos dez anos, os resultados tinham que garantir conteúdos mínimos de aprendizagem para crianças, adolescentes e adultos. E isso infelizmente não sai do papel porque o compromisso dos federados não conseguiu internalizar a ideia, por isso foi abandonado com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Finalmente, entre os anos de 2001 – 2010 o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, premência de haver um plano de Estado para a educação nacional que estabelece políticas e metas para dez anos, onde os Estados o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar planos decenais correspondentes para suprir a demanda.

Entre esses anos, diferente dos demais, temos de acordo com os resultados dos gráficos compartilhados em 2009, pelo relatório dos ciclos do PNE, que “59% das matrículas foram efetivadas, onde a expectativa era de que em 2010 o índice tenha chegado à casa dos 100%” (Borges; Conceição, 2017, p.128). Os especialistas consideram a mudança um marco: com a garantia do ingresso na escola aos 6 anos, as chances de que as crianças cheguem aos 7 ou 8 anos sabendo ler e escrever são maiores do que antes. O grande desafio será dar continuidade de acesso a esse ensino. Nesse período o evento mais importante do ano para o futuro da Educação brasileira foi a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), que aconteceu em Brasília entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010, a conferência contou com discussões sobre os rumos que o país deve tomar em todos os níveis de ensino.

Sabendo da dinâmica da sociedade querendo ou não as coisas vão naturalmente acontecendo, com ou sem plano, alguns casos precisam ser solucionados com mais urgência. Não podemos negar que houve aumento de recursos e alguns avanços, mas não diretamente por estar em vigor um Plano Nacional de Educação. Porque na verdade o plano foi “solenemente desconsiderado” (Saviani, 2014). A lei previa que o PNE passasse por uma avaliação no quarto ano, mas isso não aconteceu.

Considerando o término da vigência do PNE (2001-2010), um novo projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), projeto de Lei n. 8.035/2010, foi endereçado pelo Ministério da Educação (MEC) ao Congresso Nacional em dezembro de 2010. Foi aprovada a criação de uma comissão especial em 28 de março de 2011 para proferir parecer sobre esse documento. Em 6 de abril, por ato do Presidente da Câmara, foi constituída a comissão composta por cinquenta deputados com a participação de vários partidos políticos.

Em 20 de maio do mesmo ano, foi aberto o prazo para a apresentação de emendas, a comissão recebeu um total de 2.915 emendas, e parte dessas emendas não decorreu da iniciativa parlamentar, mas de entidades da sociedade civil ligadas à educação. A grande quantidade de emendas para ser analisada, fez com que a comissão especial fizesse triagem verificando quais eram mais pertinentes para incluir em um projeto substitutivo.

O projeto substitutivo foi aprovado na comissão especial em 13 de junho de 2012, tendo recebido uma nova versão mediante parecer reorganizado, aprovado em 26 de junho do mesmo ano.

O relator, deputado Ângelo Vanhoni, apresentou seu parecer na Comissão Especial encarregada de analisar as emendas, consolidando-o em um projeto substitutivo do novo PNE composto de duas partes: o texto da lei que aprova o plano e um anexo contendo o texto integrando-o plano composto de 20 metas e 170 estratégias (Saviani, 2014, p. 94).

Depois a proposta foi para o Senado onde passou pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo aprovado em 25 de setembro de 2013, e agora seguiu destinada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Uma vez alterado pelo Senado, ele retorna à Câmara e, somente depois, foi submetido à sanção da presidenta da República. Evidências apontam para um PNE 2011-2020, que segundo Saviani (2014, p.94) “a chance mais esperançosa é que tenhamos um PNE 2014-2023”. De fato, o plano passou por muitas alterações que resultaram em um retrocesso em relação ao que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados.

A principal causa das mudanças diz respeito à meta 20 do último texto aprovado na Câmara, que trata da questão do financiamento, que estipula 10% do PIB, ao “financiamento público da educação pública” (Saviani, 2014, p.95). Na realidade, este PNE não passou de uma carta de intenções e em uma lei que permaneceu “letra morta”, sem nenhum afluxo nas medidas de política educacional e na vida das instituições escolares.

Naturalmente, o que caberia esperar para a nova edição do evento prevista para 2014 seria uma forte retomada do foco na educação pública, cuja qualidade será assegurada pela instituição de um sólido Sistema Nacional de Educação operado segundo metas claras definidas no Plano Nacional de Educação, que também deverá garantir os meios pelos quais as referidas metas serão atingidas (Saviani, 2014, p.104).

O atual plano nacional de educação, Lei nº 13.005/2014 (2014-2024), institui a União, os Estado e o município responsáveis pela educação das gerações futuras do país, administrando essa responsabilidade através da elaboração de metas e estratégias, elaboradas por profissionais para este fim, que priorizem principalmente, entre outros fatores a diretriz da

melhoria da qualidade da educação em seu artigo segundo. Esse PNE, não diferente das outras tentativas, é o conjunto de princípios e normas adotadas para servirem de base à organização e funcionamento das instituições educativas, escolares e extraescolares, mantidas no território nacional pelos poderes públicos ou por particulares.

O que até então marca a passagem do atual plano nacional de educação PNE (2014-2024) confirmada em dados fornecidos pelos ciclos ou relatórios periódicos do PNE, é o cumprimento da minoria das metas pretendidas como veremos a seguir.

2.1.1 PNE 2014-2024: o que dizem os dados do monitoramento do INEP sobre o alcance das metas

É sabido que o Plano Nacional de Educação é "onde se reflete toda a política educacional de um povo, inserido num contexto histórico, que é desenvolvida a longo, médio ou curto prazo" (Menegolla; Sant'Anna, 2001, p. 48). Esse plano flui sob uma estrutura concentrada em 20 metas bem mais objetivas, ao contrário da sua estreia em 2001, que se apresentou um total de 295 metas. Ainda assim o novo total de estratégias, que são considerados submetas, deixa em aberto a prioridade do cumprimento específico.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação, incumbiu ao Inep à responsabilidade de publicar, a cada dois anos, estudos para fiscalizar a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Esses estudos são organizados e publicados em um relatório dividido em quatro ciclos, intitulados: Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016; Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2017-2019; e Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2020-2022 e o Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2022-2024. As instituições responsáveis pelo monitoramento contínuo e pela realização de avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento das metas são: o Ministério da Educação (MEC); a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; o Conselho Nacional de Educação (CNE); e o Fórum Nacional de Educação (FNE).

A última publicação do Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta à sociedade brasileira talvez seu último trabalho de um plano que até então era decenal. Pois, no dia 26 de julho de 2024 o atual presidente da república

sancionou a Lei 14.934, de 2014, que prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. O programa, que perderia a validade um dia antes da sanção de prorrogação, retoma as mesmas diretrizes, objetivos, metas e estratégias para dar continuidade no desenvolvimento do ensino do país, a fim de compensar as rupturas encontradas no caminho e alcançar o mínimo/total das metas estabelecidas.

Para efetivar essa determinação legal, a Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), por meio da Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais (Cgime), dedica-se a garantir o levantamento dos cálculos, das atualizações e a publicação periódica dos indicadores estabelecidos para o acompanhamento dos objetivos definidos pela lei, de modo a fornecer informações para uma compreensão mais precisa sobre os rumos de cada meta. Os resultados estão nos relatórios e também registrados no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação que pode ser consultado no portal do Inep.

A elaboração dos relatórios é embasada em uma coletânea de 56 indicadores, que consideram todas as etapas e modalidades da educação brasileira. Eles conseguem reunir dados e informações para cada uma das 20 metas, com vistas a oferecer o apoio em uma série de dados que trarão segurança e informações válidas.

Do ponto de vista das políticas educacionais, o trabalho de monitoramento do PNE reforçou, na equipe, a compreensão de que ele é imprescindível para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Como tem sido a compreensão ao longo do trabalho de acompanhamento das metas do Plano, entende-se que ele aponta objetivos e caminhos e oferece um conjunto de orientações às políticas públicas educacionais em uma perspectiva de longo prazo (Inep, 2022).

Não podemos deixar de comentar o biênio (2020-2022) que intensificou os desafios para garantir uma apuração acurada das metas. O novo cenário gerado em função da pandemia da covid-19 ocasionou medidas sanitárias de isolamento social e fez muitas instituições delimitarem suas atividades presenciais, exigindo formas alternativas de organização das atividades educacional-escolares. Além disso, esse contexto pandêmico impactou a coleta de dados nas instituições de ensino, que precisaram adotar, em caráter de urgência, novas medidas de captação de informações. Tal questão surge, com destaque, no que diz respeito aos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De um lado, não foi possível aplicar o Censo Demográfico em 2020, como previsto. De outro, a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua também foi significativamente afetada. Essas situações, como se destaca nas Notas Metodológicas deste Relatório, afetaram a produção de estatísticas educacionais de maneira geral. De todo modo, o trabalho de monitoramento buscou

empregar, com as ressalvas necessárias, os dados disponíveis mais atuais e consistentes (Inep, 2022).

Mais do que impactar as estatísticas educacionais, a pandemia afetou sobremaneira a qualidade e o acesso à educação. Com o fechamento das escolas, a adoção urgente de novas formas de ensino, a interrupção de projetos em curso e a restrição do convívio comunitário e social. A coleta de dados ocorre em um cenário que agora intensificam as inúmeras dificuldades no tocante ao acesso, à conclusão, ao aprendizado, ao nível socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino.

A pandemia pode ter alterado os avanços das últimas décadas, e adicionado mais desafios maçantes à concretização de uma educação de qualidade para todos. Compreender a dimensão de seus impactos é um processo que deve incitar inúmeros esforços de investigação. Mesmo a pandemia tendo prejudicado sua execução, o PNE abrange diversas procedimentos e estratégias que podem ser referências iniciais para a definição de ações para o enfrentamento das perdas educacionais vivenciadas na pandemia.

Os dados disponíveis no relatório do último ciclo, nos leva a entender o porquê da prorrogação da lei por mais um ano. Dentre as muitas diretrizes que a compõem o acesso à educação básica, a qualidade da educação básica e o financiamento da educação, foram pontos forte que colocam em retrocesso essa vigência.

O desenvolvimento de cada um dos indicadores do monitoramento do PNE tem uma autonomia própria, com resultados e medições distintas. Compreender a sua evolução exige a realização de estudos particulares. Para a maioria deles, no entanto, é possível inferir visão modesta, que mostre o quanto se está próximo ou distante das metas estabelecidas pelo Plano.

A evolução no acesso à educação básica observada durante o período do PNE 2014-2024 sofre uma desordem entre os anos de 2020 e 2021 – reflexo da crise causada pela pandemia de covid-19. O Brasil recua, nos resultados da população de 6 a 14 anos de idade, de 98,0% em 2020 para 95,9% em 2021, o que representa um sobressalto de cerca de dez anos no indicador, visto que, para 2011, ele foi estimado em 96,1% (Inep, 2018). Tal retrocesso coloca o indicador em um patamar inferior a base do PNE em 2013, quando o índice foi de 96,9%. O número de crianças e jovens fora da escola, em 2021, é estimado em cerca de um milhão, o dobro do que havia em 2020.

As regiões Norte e Nordeste foram as mais afetadas, mas todas ficaram, em 2021, abaixo da linha de base do PNE, e houve ainda aumento da desigualdade entre as

regiões mais e menos desenvolvidas do País. O mesmo retrocesso ocorreu nas unidades da Federação, com 21 delas atingindo cobertura na faixa etária de 6 a 14 anos inferior à que possuíam em 2013, ano-base do PNE 2014-2024 (Inep, 2022).

No que tange ao acesso à educação básica em classes comuns para o público-alvo da Meta 4, os dados mostram que se manteve o avanço das matrículas em relação ao último relatório, alcançando-se 93,5% das matrículas do público-alvo em 2021(Inep, 2022). No que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), o percentual, no mesmo ano, era menor: 46,2% das matrículas do referido grupo.

No que concerne à alfabetização das crianças, alvo da Meta 5, os resultados da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apresenta disparidades nos níveis de alfabetização dos estudantes brasileiros entre as regiões e as unidades federativas. Enquanto a concentração de alunos nos níveis 5 e 6 da escala de proficiência de Língua Portuguesa foi de cerca de 47,5% na região Sul, apresenta cerca de 31% no Norte e 36% no Nordeste (Inep, 2022).

São também as regiões Norte e Nordeste que apresentam os maiores percentuais de alunos nos níveis mais baixos da escala (1 e 2) de Língua Portuguesa: 16,9% e 13,6%, respectivamente, o que corresponde a quase o dobro da porcentagem registrado na região Sul (6,7%) (Inep, 2022). Desproporções semelhantes são verificadas também nos resultados em Matemática, entre as unidades da Federação e considerando as zonas urbanas e rurais.

Por fim, o monitoramento da Meta 20, voltada à questão do financiamento, é realizado pelo acompanhamento de dois indicadores: Gasto público em educação pública (Indicador 20A) e Gasto público em educação (Indicador 20B). Esses indicadores permanecem estagnados em torno de 5,0% e 5,5% do PIB, ou seja, abaixo do limite estabelecido inicialmente pelo PNE (Inep, 2022). Os resultados apontam para um grande déficit dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação. Esse aumento precisa ocorrer em um prazo relativamente curto, o esforço anual necessário para o atingimento desses objetivos pode ser considerado alto. Para atingir a meta intermediária, teria sido necessário ampliar o gasto em educação em torno de R\$ 140 bilhões (1,9% do PIB de 2020, corrigida a inflação do período) (Inep, 2022). Para o alcance da meta final, que prevê o gasto público em educação de 10% do PIB até 2024, seria necessário praticamente dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de permanência real do PIB.

Os avanços indicam que, cinco indicadores já superaram a marca de 100% de alcance, enquanto sete deles apresentam retrocesso em relação à linha de base. Tendo em conta que o PNE está no seu oitavo ano de execução, a expectativa era que os níveis estivessem acima da média, ou seja, em torno de 80%. Contudo, constatou-se que 35 indicadores têm Nível de execução bem abaixo disso. O Nível de execução médio está em 45,1%, enquanto o mediano não ultrapassa 39,0% (Inep, 2022). É inevitável reconhecer que a execução do atual PNE é insuficiente para o alcance das metas até o término do ano de 2024, pois suas metas se encontram, aproximadamente, na metade do caminho esperado.

Desse modo, o Inep entrega o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, com dados coletados e analisados com vistas à elaboração e ao melhoramento de políticas públicas onde os resultados estão sujeitos a articulação entre os estados e municípios detalhado de seus respectivos planos, conseguindo observar o que as diretrizes miram. Além do mais, o PNE registra, em seu artigo 13, a necessidade de que seja instituído um sistema nacional de educação, de modo a garantir a articulação entre os entes.

Diante disso, é importante que agora, na tramitação do atual projeto e na formulação do novo PNE, essas questões sejam devidamente equacionadas. É um fato descerrado o PNE em série por inúmeros fatores que anula pela primeira vez em anos seu decênio e deixa em aberto o que já era para ter concluído, ou melhor, alcançado.

De modo geral, esses resultados apontam que os progressos efetuados, seguem insuficientes ao aprendizado dos estudantes brasileiros em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, o atual cenário do plano nacional de educação dimensiona e perpassa por inúmeras discursões educacionais ao longo da história, onde cada ator é indispensável no que se propõe a fazer, pois todos os acontecimentos constituem uma prática que mostra o que de fato está sendo feito e o que é o planejamento educacional por via de regra.

Tomando como base essas discursões o próximo passo da escola é rever esses conteúdos sob critérios bem estabelecidos para depois aplicar em situações mais específicas do contexto educacional escolar, propondo caminhos que não deixem de acompanhar as transformações sociais no campo das crenças, significados, valores e transformando-as em experiências de aprendizagem.

2.2 Planejamento curricular

O planejamento curricular é a "caminhada", uma trajetória que vai se adaptando ao tempo acompanhando principalmente, as transformações sociais, técnicas e as reformulações dos objetivos de ensino. Progressivamente, a definição vai-se enriquecendo com outros elementos que aparecem ao lado das experiências de aprendizagem, na procura de seu sentido mais exato e mais completo.

A organização do planejamento curricular tem sempre uma dimensão externa, ou seja, ela segue uma sequência que começa sempre na esfera política e administrativa do sistema educacional escolar, passa pelas crenças, significados, valores comportamentos existentes na cultura. Isso significa que ele está impregnado de influências sociais, econômicas, políticas que precisam ser detectadas e filtradas pelos professores inclusive para que compreendam que, essas influências limitam o poder de intervenção da escola. O professor tem a tarefa de exercer ao longo das suas incumbências critérios que são discutidos no planejamento curricular para considerar no seu cotidiano para só depois poder apresentar o conteúdo aos alunos.

O interessante do planejamento curricular é a sua originalidade que remete a um espaço na escola que conecta a educação a sociedade. A organização do currículo na efetivação da educação, por ser complexa, apresenta diversas concepções que necessitam de critérios bem alicerçados nos valores que a sociedade toma como verdadeiros.

Na dinâmica escolar o currículo é indispensável para um funcionamento equilibrado das atividades, a auto avaliação, a autogestão dentre outros critérios, pois vai responder que tipo de sociedade desejamos e que cidadãos queremos ter. É necessário lembrar essa questão deve ser sempre o centro de discussões, entendendo que transformar a escola só é possível quando temos um novo olhar sobre velhas e novas questões, é preciso estar aberto às questões emergentes neste novo contexto social para que haja, assim, a formação de pessoas que saibam se posicionar no mundo.

É no currículo que a escola desdobra os assuntos, e é no processo de ensino-aprendizagem que o professor define o que será ensinado, porque será ensinado e como será ensinado, é ele quem abrirá o caminho para o educando se reconhecer, conhecer e criar, como parte desse ideal dominante.

O currículo amplia os objetivos baseado na realidade fornecida pela vivência dos alunos. O que rompe com as limitações da sala de aula e da própria escola, pois o currículo coloca as vivências como objeto de aprendizagem. Desta forma, o currículo por intervenção

do trabalho feito pelo professor, vai se ajustar as diferenças individuais e coletivas do educando ao longo do processo de ensino-aprendizagem para garantir um desenvolvimento sólido.

Ao longo da história, o sistema nacional de educação conta com várias orientações curriculares a serem seguidas. Uma delas são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A elaboração desse documento teve por justificativa a ineficiência dos currículos existentes no país e a precisão de um currículo nacional. Portanto, o MEC publicou em 1997 e 1998 respectivamente os PCN's de 1ª a 4ª séries (Brasil, 1997a) e de 5ª a 8ª séries (Brasil, 1998).

O documento pretendia proporcionar caminhos para a construção de uma base para o ensino fundamental, que passaria a ser um manual orientador de formulação de propostas curriculares nos sistemas de ensino dos estados e dos municípios brasileiros. Os PCN's foram organizados em uma coletânea com 10 volumes; onde cada volume abordou-se um conteúdo das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental I e também inova ao abordar temas transversais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo governo federal. Eles não são obrigatórios por lei e possuem finalidades que visam subsidiar e orientar: A elaboração e revisão curricular; A Formação inicial e continuada dos professores de toda a rede de ensino pública; As discussões pedagógicas internas às escolas; A produção de livros e outros materiais didáticos a serem distribuídos para a rede de ensino; e a Avaliação do sistema de educação.

Outra orientação curricular nacional elaborada pelo MEC são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's); determinações curriculares obrigatórias por lei para a Educação Básica Brasileira. Esse documento apresenta normas (princípios, competências e diretrizes) que estabelecem a Educação Básica e que amparam o planejamento curricular das escolas, e além da Educação Básica, as diretrizes também são voltadas para a formação de professores. Originadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCN's propõem indicações para as atividades da Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, dirigida para a elaboração dos currículos e dos conteúdos mínimos para garantir uma formação comum, cujo objetivo e finalidade são o de orientar o planejamento do currículo das escolas e sistemas de ensino. Mais precisamente norteando a formação dos currículos escolares e os conteúdos mínimos previstos. A intenção é assegurar que as disciplinas sejam trabalhadas a

partir de alguns parâmetros específicos, como o tipo de pessoas atendidas, a região em que está inserida entre outros aspectos. Ambos os documentos servem de referencial para a reestruturação de propostas curriculares futuras e a aplicação das normas a serem seguidas.

Atualmente, no âmbito do planejamento curricular, tem-se a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, (não desconsiderando as anteriores) é que estabelece uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que amparar as propostas que consideram as particularidades das escolas brasileiras, demonstrando a necessidade de não ignorar a escola com seus pensamentos e suas ideias a respeito da educação, do ensino-aprendizagem.

A BNCC concretiza um pacto de promoção da igualdade em nível nacional, tendo consequência à efetivação da equidade nas decisões voltadas para um planejamento curricular, para as decisões didático-pedagógicas de cada estado e no planejamento escolar anual (Carvalho; Tostoreli, 2022). Sendo sistematizada a partir dos pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de normatizar os conteúdos de todo país para que os estudantes tenham acesso aos mesmos conteúdos, firmando, mais uma vez, o que os documentos estabelecem enquanto igualdade de oportunidades. Sendo um currículo obrigatório, ainda assim é sugestiva a estruturação de conteúdos complementares baseados na realidade regional e local de cada sistema de ensino, cabendo a escola incluir temas necessários de acordo com suas especificidades.

Podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir [...] (Moreira; Candau, 2007, p. 18).

Além disso, Moreira e Candau (2007) relatam que o currículo tem sido considerado como conteúdos que precisam ser ensinados e aprendidos, proporcionando experiências de aprendizagem escolares vividas pelos estudantes, planos pedagógicos sistematizados pelos educadores, objetivos que precisam ser alcançados por meio do ensino, percurso avaliativo, determinado pelos conteúdos e procedimentos pedagógicos.

Essa materialização, do planejamento curricular, dá oportunidade às escolas de exercerem o seu direito de escolha, que esteja de acordo com a sua realidade, levando em consideração aspectos relacionados à pluralidade cultural do público que atende e a comunidade em que se encontram inseridos, contribuindo com a formação social dos

estudantes. Por isso, faz-se necessário um currículo vivo, em que as questões cotidianas se apresentem como material de estudo e análise para toda a comunidade escolar: pais, professores, diretor, coordenador e estudantes, para que cada um esteja ciente das causas para tomar as melhores decisões.

Portanto, é importante que fique estabelecido um planejamento curricular crítico, em que as questões diárias se apresentem como agente de estudo e análise para toda a comunidade escolar: pais, professores, diretor, coordenador e estudantes, onde cada um consiga exercer a sua função e tenha a sua participação assistida dentro de sua competência. Esse trabalho é o que vai assegurar a autonomia da escola e da proposta pedagógica. Assim, as instituições são estimuladas a montarem seus currículos a partir das áreas de conhecimento e dos conteúdos que acham mais adequados.

Tendo por referência as orientações curriculares nacionais a escola tem conhecimento das questões que estão em pauta e deve se organizar para saber o que ela tem e o que pode considerar, pois agora é hora de partir para a produção de um documento que oficialize os seus valores e anseios nas dependências da instituição e para a sociedade que o cerca.

2.3 Planejamento Escolar: O Projeto Político Pedagógico (PPP)

A escola precisa apresentar o planejamento escolar, para administrar a instituição e os sujeitos que a compõem, fazendo uso, além de outros documentos, do Projeto Político Pedagógico (PPP). Sendo ainda, uma atividade desafiadora, a equipe pedagógica precisa se articular e discutir quais as intenções da escola durante o ano, para que, haja condições do professor organizar seu planejamento e colocá-lo em prática. O PPP contribui especificando as problemáticas locais das instituições escolares, definindo e sincronizando as realidades sociais discutidas desde a sua elaboração.

Para confirmar esse compromisso, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 estabelece no inciso I do art. 12, uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino consiste em: “elaborar e executar sua proposta pedagógica” [...]. A elaboração do projeto político pedagógico é indispensável por ser o documento que fundamenta a identidade da escola ou instituição, pois esclarece a realidade da escola seus anseios e metas desejadas. É fundamental entendê-lo como um instrumento de possibilidade e organização que se funda no entendimento compartilhado entre professores, pais e demais interessados em educação.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) se configura em um dos documentos mais importantes da escola e para o professor, pois é de caráter autônomo, pensado coletivamente para a realização de um bom trabalho no alcance do ensino-aprendizagem porque é mais objetivo.

O PPP é a base para a construção do trabalho docente, pois ele descreve toda a organização da escola e as condições físicas e materiais disponíveis. Para Veiga e Fonseca (2001), esse documento precisa ter um compromisso coletivo para definir as ações educativas e cumprir com a sua finalidade e intencionalidade. Sendo um instrumento que visa introduzir racionalidade na prática educativa como condição para superar o espontaneísmo e as improvisações.

Para conceituar o PPP, é necessário refletir sobre o sentido etimológico da palavra "projeto", que é originária do latim *projectu*, do verbo *projicere*, cujo significado é lançar para frente. Por isso, a elaboração de um PPP na escola significa a busca por transformações e aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem.

É "Projeto" pois apresenta propostas de ações concretas a serem executadas em um determinado período de tempo. É "Político", pois considera a escola como um local de cidadania, priorizando a formação crítica do estudante, tendo como meta as ações dos sujeitos dentro da sociedade. Ainda, delimita os caminhos que a instituição deseja seguir. É "Pedagógico", pois estabelece a organização das atividades necessárias para o processo de ensino e aprendizagem, define a execução prática do ensino dentro da escola (Carvalho; Tostoreli, 2022, p.102).

E no Projeto Político-Pedagógico que se define o que a escola desenvolverá enquanto política de gestão e de comunidade, apresentando, também, os objetivos e as metas da escola, com suas especificidades, sua forma de ação, de atuação e de encaminhamentos didático-metodológicos. Levando em consideração tais concepções, podemos afirmar que o PPP apresenta direcionamentos bem definidos, que, de acordo com Costa e Madeira (1997, p. 36) podem ser classificados da seguinte forma:

a. o projeto diz respeito à concepção de escolas socialmente determinada se referidas ao campo educativo; b. na fase de reflexão é que a instituição define e assume uma identidade que se expressa por meio do projeto; c. o projeto serve de referência à ação de todos os agentes que intervêm no ato educativo; d. o desenvolvimento do projeto implica a existência de um conjunto de condições, sem as quais ele poderá estar condenado a tornar-se apenas mais um "formulário administrativo"; e. a participação só poderá ser assegurada se o projeto perseguir os objetivos dos atores e grupos envolvidos no ato educativo, em sua globalidade.

A abordagem de Veiga (1998) prevê um compromisso assumido com toda a equipe escolar. Isso demonstra que o documento não pode ser construído sem essa participação devido ao seu compromisso pedagógico. O tratamento das questões pedagógicas

é um trabalho e uma responsabilidade de todos os envolvidos, na medida em que qualquer ação da escola tem impacto direto na formação dos alunos. Ela também coloca, no centro da discussão, a importante questão política do projeto que deve ser um compromisso assumido pelo professor tanto na sua formação inicial quanto na sua atuação docente.

O PPP tem um importante objetivo na formação das pessoas, que é a consolidação da Educação Básica com as múltiplas necessidades sociais e culturais da sociedade. É um direito assegurado pelo Governo, mas deve ser realizado com a participação efetiva de toda a comunidade, cobrando e fiscalizando as ações da escola no cumprimento das metas estabelecidas no PPP. Esse projeto só tem sentido se a preocupação fundamental da escola for a melhoria da qualidade da educação (Carvalho; Tostoreli, 2022, p.109).

Além disso, é necessário compreender qual é a função e a importância do PPP: Orientar as intencionalidades educacionais das escolas para atender às necessidades e perspectivas da comunidade em que se encontram inseridas é a sua função. E desenvolver estratégias que viabilizem uma educação eficiente e de qualidade para todos que estejam dentro da escola e em torno dela é a sua importância.

Ainda, o Projeto Político-Pedagógico deve ser construído e organizado considerando a escola e todos os atores escolares, pois estes visam à totalidade e intencionalidade desse projeto. A discussão do PPP perpassa, então, por quatro dimensões, que devem ser compreendidas e refletidas de forma articulada. Desse modo, essas dimensões serão discutidas a partir da abordagem de Marçal e Sousa (2001, p.23), a saber:

1. Dimensão pedagógica: relacionada ao trabalho da escola como um todo em sua finalidade primeira e a todas as atividades desenvolvidas tanto dentro quanto fora da sala de aula, inclusive, à forma de gestão, à abordagem curricular e à relação escola comunidade 2. Dimensão administrativa: refere-se àqueles aspectos gerais de organização da escola, como gerenciamento do quadro de pessoal, do patrimônio físico, da merenda, dos demais registros sobre a vida escolar etc. 3. Dimensão financeira: relaciona-se às questões gerais de captação e aplicação de recursos financeiros, geralmente, visando à sua repercussão em relação ao desempenho pedagógico do aluno. 4. Dimensão jurídica: retrata a legalidade das ações e a relação da escola com outras instâncias do sistema de ensino - municipal, estadual e federal e com outras instituições do meio no qual está inserida.

Diante dessas dimensões vamos nos ater na articulação da dimensão pedagógica em relação à práxis, pois é nela que a escola se organiza a fim de refletir a respeito da identidade e função social da escola, daí a necessidade de entender teoricamente os preceitos para relacionar à proposta da escola, a partir do público a ser atendido e da comunidade em que se encontra inserido, nessa perspectiva a equipe pedagógica poderá fazer o levantamento de quem são os estudantes atendidos, qual é o nível socioeconômico e cultural da comunidade.

Para Marçal e Sousa (2001), ao fazer a leitura das quatro dimensões do Projeto Político-Pedagógico, é importante não o considerar como um documento que não pode ser mudado e a ser guardado na gaveta, separando as dimensões que o une, mas é importante que essas dimensões sejam vistas como um instrumento dinâmico e com abordagem democrática, que seja capaz de representar e orientar toda a vida escolar. Os autores ressaltam, ainda, que essas dimensões não estão separadas das socioculturais, que permeiam a realidade na qual a escola está inserida. Nesse sentido, elas devem ser reavaliadas constantemente, a fim de que os pressupostos democráticos se sobreponham aos desafios que permeiam essas dimensões. Essa compreensão pode transformar a escola em um espaço de mudanças, a partir do viés coletivo e da vontade dos seus próprios atores.

Ainda, a dimensão pedagógica precisa ser tratada como possibilidade, pois sabemos que ela depende de uma atuação condizente com as esperadas para a formação dos sujeitos de forma responsável, participativa, criativa e crítica. Podemos pensar, então, que, se os professores forem formados inicialmente com essas características e habilidades, a sua contribuição, tanto para a formação das futuras gerações quanto para o processo de construção do PPP, terá um propósito e intencionalidade. Por isso, as contribuições de Veiga (1998) ampliam o conceito do Projeto Político-Pedagógico para além de um instrumento teórico-metodológico quando agrega o compromisso intencional a esse documento.

É preciso que fique clara a função do PPP da escola porque o mesmo rege a escolar sob uma identidade que é própria e que mesmo sendo uma exigência legal para o funcionamento da escola, se espera que ele possa ser feito a partir dos parâmetros e princípios de referência para não só compartilhar detalhamento administrativo e jurídico, mas pedagógico e efetivo.

A partir do PPP é que o docente elaborará o seu planejamento para atender às necessidades do público que receberá. Para isso, há alguns caminhos que precisam ser seguidos para que esse documento saia do papel e tenha o seu propósito efetivado.

Depois do PPP, o professor vai concentra-se na elaboração do planejamento de ensino, que envolve o plano de curso, de unidade e o plano de aula, os quais, conforme Vasconcellos (2010) compõem o chamado “projeto de ensino-aprendizagem”. Assim, é necessário considerar tudo o que cabe a ele desenvolver como professor. Ele agora vai associar as prerrogativas legais a estratégias de ensino respeitadas as determinações da escola e o ensino-aprendizagem do aluno.

3 PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: ETAPAS, INCUBÊNCIAS E IMPACTOS

Na educação escolar conseguimos realizar planejamentos em diferentes níveis de abrangência como vimos nos capítulos anteriores. Dando continuidade veremos o projeto de ensino-aprendizagem, classificado por Vasconcellos (2010, p.96) em etapas do processo didático que o professor deve utilizar para ensinar. Segundo ele esse planejamento é o “mais próximo da prática do professor e da sala de aula”.

O projeto de ensino-aprendizagem deve considerar principalmente as perspectivas do currículo, devendo essas concepções estar de acordo com o que descreve o projeto político pedagógico da escola para conseguir dar conta das demandas que surgem ao longo do semestre Vasconcellos (2010).

Embora o professor tenha em mãos as determinações, ou seja, os instrumentos educacionais, ele ainda precisa ordenar algumas questões para que haja uma organização dos conteúdos a serem aprendidos. O professor deve se apropriar da melhor forma possível das prerrogativas legais, e assegurar que em seu trabalho seja garantido os direitos de aprendizagem por meio das estratégias didáticas que ele vai utilizar.

O seu trabalho vai impactar em quesitos que dizem respeito à aprendizagem do aluno e a garantia do cumprimento das prerrogativas legais que estabelecem metas e estratégias para o aumento dos índices educacionais pré-estabelecidos em documentos formais da educação. Se o professor não se preocupar em documentar essas concepções ele vai chancelar prejuízo para todos nesse processo, por isso a importância de haver compromisso em cumpri-lo.

A escola, ou seja, a gestão por não poder acompanhar diariamente o trabalho do professor precisa ter acesso ao projeto de ensino-aprendizagem que o professor elabora, para conseguir diagnosticar o trabalho do professor sem necessariamente assistir suas aulas.

Esse documento elaborado pelo professor é o que está mais próxima do aluno, é a ponte que liga as determinações educacionais ao ensino-aprendizagem em sala de aula. A partir desse documento o professor vai poder conduzir o seu trabalho conseguindo interagir com seus alunos e podendo detectar e avaliar os pontos que irão contribuir com o próximo documento que o professor vai elaborar.

Ao considerar estes fatos, cabe ao professor prescrever uma elaboração que consiga transmitir de forma útil às concepções educacionais, as definições da escola, estabelecidas em reuniões pedagógicas com a família/comunidade, e as necessidades reais do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. O trabalho de elaborar precisa contar com um professor que esteja ciente dos interesses educacional, das limitações da escola e das dificuldades do seu aluno na execução desse plano de ações. As etapas do projeto de ensino-aprendizagem vão contribuir para que esse trabalho logre êxito e ajude o professor, a escola, a família, o aluno e a educação como um todo.

3.1 Etapas do projeto de ensino-aprendizagem: Plano de Curso, Plano de Unidade, Plano de Aula

As etapas do projeto de ensino-aprendizagem são os instrumentos utilizados pelo professor a fim de analisar, explorar e agir com meios mais eficazes para garantir o ensino-aprendizagem. Eles podem ser subdivididos em plano de Curso, Plano de Unidade, Plano de Aula (Vasconcellos, 2010).

Esse nível do planejamento escolar é bem mais específico e concreto em relação a outros níveis de planejamento. Ele reflete e age com base no planejamento curricular da escola, é também um meio para subdividir o processo de ensino, numa realidade escolar bem concreta. Antes de tudo, é necessária essa organização, pois é nela que registramos o processo de ensino como um todo.

A princípio, o Plano de curso é um documento elaborado pelo(s) professore(s), contendo a(s) sua(s) proposta(s) de trabalho, numa área e/ou disciplina específica. Por isso é considerado como um instrumento orientador do trabalho docente, sabendo que a atividade pedagógica de qualquer educador escolar deve ser mais do que aquilo que está registrado no seu plano (Fusari, 1988). Neles são trabalhados os componentes principais do plano curricular (filosofia educacional da escola, os objetivos, as disciplinas e os conteúdos). Eles definem os objetivos, os conteúdos, os recursos humanos e materiais, as etapas e o processo de avaliação (Menegolla; Sant'Anna, 2001).

O plano de curso é "um documento que deve funcionar como orientador da rota, a direção estabelecida pelos educadores, onde fique claro o ponto de partida, a trajetória e o ponto de chegada do trabalho individual-coletivo dos educadores da escola." Sua finalidade é estimular uma reflexão em torno do trabalho pedagógico que o curso pretende desenvolver, registrando num documento a essência da proposta curricular que o curso pretende. (...) é assim um documento que apresentará, no caso da H.E.M., a proposta pedagógica (objetivos gerais, conteúdos básicos, metodologia, sistemática de avaliação e bibliografia básica) que corresponde ao cidadão-educador que o curso pretende formar, no período de quatro

anos. Desta forma, uma escola que mantém vários cursos terá, portanto, vários planos, quantos forem os cursos (Fusari, 1988, p. 1-24).

Esse documento deve conter a proposta de trabalho para o ano, o semestre ou o bimestre, de acordo com o que ficou acertado no planejamento escolar da escola em reunião com professores onde deve estar claro:

Os objetivos educacionais que os professores buscam alcançar (pontos de chegada); os conteúdos a serem trabalhados (meio para atingimento dos objetivos); a articulação dos conteúdos com o método, técnicas e recursos de ensino-aprendizagem e a sistemática de avaliação da aprendizagem (Fusari, 1988, p. 14).

Plano de curso é também a organização de um conjunto de matérias, que vão ser ensinadas e desenvolvidas em uma escola, durante um período de um curso em si, é uma exigência legal e por uma determinação explícita, que deve obedecer a certas normas ou princípios orientadores.

Na visão de Libâneo (1992), o Plano de ensino (ou plano de unidades) é a previsão das metas e estratégias que vão orientar o trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento flexível, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico.

Também conhecido como planejamento por temas geradores, o plano de unidade obedece a um intervalo de tempo, de acordo com a duração de cada tema. Variando entre quinze dias, um mês, dois meses... Dependendo da potencialidade geradora do tema.

A última etapa, Segundo Fusari (1988), é onde o professor deve atuar com mais compromisso no cotidiano do seu trabalho pedagógico, levando em consideração todas as suas ações e situações, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos.

O plano de aula é a apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas da ação que se deseja realizar. Ou seja, o plano é o documento que diz o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultado. Ele pode também conter a explicação do porquê das decisões tomadas, os elementos de pesquisa, estudos e análises feitos para se poder decidir o que se decidiu (Ferreira, 1979). Esse documento contém por escrito um determinado roteiro, de como se dará cada etapa no processo de ensino-aprendizagem. É feito como um guia, um mapa a ser consultado durante a realização da ação.

Ademais, o planejamento de aulas deve analisar o que de fato servira como recursos de ensino-aprendizagem bem como quais conteúdos podem contribuir de forma

individualizada e coletiva para o aprendizado de cada educando. Como a sua função é orientar a prática, partindo das necessidades da própria prática, ele não pode ser um documento concreto e absoluto, pois “uma das características do processo de ensino é dinamicidade, logo, está sempre sofrendo modificações face às condições reais” (Libâneo, 1992, p.223).

O plano também tem uma organização singular que visa um alvo, ou seja, ele por mais que pareça ser propenso ao imediatismo, isso deve ser programado com antecedência visto que são inúmeros os imprevistos que encontramos no processo de ensino, além do mais, nem todos aprendem da mesma forma o que sugere que esse plano sempre poderá incluir ou excluir informações ou metodologias.

O processo de ensino-aprendizagem é produto do planejamento docente, sabendo disso é necessário que esteja em curso todas as habilidades e estratégias que o professor adquiriu ao longo de sua formação. O professor precisa refletir sobre como os conteúdos devem ser trabalhados com os alunos, quais serão esses conteúdos e para que eles servem.

3.1.1 O professor e a elaboração do plano de aula: prerrogativas legais

Embora tudo que já tenha se discutido aqui seja relevante e fundamental no processo de ensino-aprendizagem, o que mais se aproxima do aluno é o plano de aula elaborado pelo professor. Tudo que foi anteriormente fixado desde o planejamento educacional se resume em insignificância diante da ausência do plano de aula que os professores precisam dispor no seu cotidiano.

Desde as prerrogativas legais o professor é advertido a “elaborar e cumprir” o plano construído para o seu trabalho, logo é imprescindível, o pedagogo deve conhecer a finalidade dessa ação e a importância da sua elaboração. Por isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, estabelece no seu art. 13 inciso II que os docentes incumbir-se-ão de “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (Brasil,1996). Então para além de construir seu plano o docente deve elaborar embasado na proposta pedagógica que a escola dispõe.

Somado a isso, a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, dita no seu art. 4, as atividades que o docente deve compreender levando em consideração a sua participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino que englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

O que reforça a ideia de que o professor deve estar empenhado em várias atividades que necessitam ser planejadas e que muitas das vezes vão além da sala de aula, ou seja, um plano que deve ser bem elaborado para atingir o objetivo como um todo. Nas escolas constatamos um conjunto de professores que devem possuir habilidades profissionais para impulsionar o desempenho dos alunos. Diante das demandas da escola é preciso estar claro para o docente suas incumbências nesse processo.

Somado a isso, a resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Defende como competência geral docente “Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica [...] organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.” E como específicas da prática profissional; “planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens” e como “engajamento profissional” participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos (Brasil, 2019, p. 13).

O plano de aula que o professor elabora não é qualquer documento, até porque passa por uma série rigorosa de análises. Que no final (as ações) devem resultar em motivação tanto para o professor quanto para o seu aluno, o resultado deve impulsionar no processo no sentido de reflexão aos valores que a escola definiu no seu PPP.

Além disso, nas dimensões da prática profissional no que se refere ao planejamento de ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens, o documento sugere:

Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC. Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência. Adotar um repertório diversificado de estratégias didático pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios) (Brasil, 2019, p. 17).

No Art. 4º inciso 2º da resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 as competências específicas da dimensão da prática profissional compõem se pelas seguintes ações:

- I -planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II -criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III -avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- IV -conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

O que dá margem para concluirmos que essa não se configura em uma atividade qualquer, o plano precisa ter em sua essência, objetivos bem formulados com ações que resultem na efetiva aprendizagem, conduzindo o professor a pensar sobre o desenvolvimento do seu aluno e sobre como avaliá-lo.

Vimos superficialmente que a tarefa de elaborar um plano de aula é exaustiva e por ser assim, nem todos os professores tem o mesmo empenho. Diante disso afirmamos que a improvisação em sala de aula não é uma ação adequada, por isso a necessidade do professor começar planejar o quanto antes, sendo este flexível e subalterno ao projeto político pedagógico, mas aberto a modificações (se necessário) nos seus planos. O plano de aula deve ser um guia na tomada de decisões referentes às aulas diárias, os elementos como: o tema, o conteúdo, a metodologia os recursos didáticos e a avaliação, são indispensáveis para dar sentido a produção.

Elaborar, executar e avaliar planos de ensino exige que o professor tenha percepção (crítica): da função da educação escolar na sociedade; da função político-pedagógica dos educadores escolares (diretor, professores, funcionários, conselho de escola...); dos objetivos gerais da educação escolar (em termos de país, estado, município, escola, áreas de estudo e disciplinas), efetivamente comprometida com a formação da cidadania do indivíduo, do valor dos conteúdos como meios para a formação do cidadão consciente, competente e crítico; das articulações entre conteúdos, métodos, técnicas e meios de comunicação; e da avaliação no ensino-aprendizagem (Fusari, 1988, p. 45).

Nessa etapa o plano é um meio de registrar como serão realizadas as ações, quando serão realizadas e com quem. Vai nortear e formalizar as atitudes educacionais em seus diversos momentos dentro do processo de planejar. É uma forma sistemática de apresentação e justificativa dos caminhos a serem tomados pelo professor.

As instituições escolares estabelecem prazos, objetivos e metas, a fim de executar e avaliar o trabalho de forma conjunta, semelhantemente, o professor também deve se organizar para traçar propostas e cumprir com suas incumbências, mas não de forma

espontânea, ou seja, sem objetivos ou metas, pois, o desenvolvimento da escola depende das suas contribuições. Dado que, uma escola sem professores que planejam suas aulas (ou planejam espontaneamente ou sem suporte necessário) resulta numa gestão de más circunstâncias, as atividades são improvisadas simultaneamente e os resultados obtidos não são favoráveis. Em razão disso, o ato de planejar deve ser uma atividade de reflexão e ação, sendo desenvolvido com a participação de todos, pois fica mais acessível à busca de alternativas somadas a elaboração e revisão de planos.

Segundo Libâneo (2001, p.124):

Uma importante característica do planejamento é o seu caráter processual. O ato de planejar não se reduz à elaboração dos planos de trabalho, mas a uma atividade permanente de reflexão e ação. O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, de busca de alternativas para a solução de problemas e de tomada de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos, a correção no mundo das ações.

Após a organização e estruturação do Planejamento escolar, o docente fará o planejamento das suas ações particulares ao ensino-aprendizagem dos seus alunos, que precisa apresentar a faixa etária que atenderá as habilidades e competências que serão desenvolvidas de acordo com cada objetivo de aprendizagem proposto em cada campo de experiência entre outros. Ainda, deverá pensar nos encaminhamentos metodológicos que serão utilizados para atingir ou atender cada objetivo de aprendizagem, finalizando com uma proposta de avaliação, bem como quais critérios vai considerar ao avaliar (Carvalho; Tostoreli, 2022).

Assim, o docente utilizará para atribuir uma nota ou um percentual a partir de um critério preestabelecido para aquele instrumento a fim de potencializar as práticas educacionais e estimular o aprendizado dos alunos. Esse percurso é necessário, pois o professor verá as possibilidades de alcançar as necessidades do seu aluno com um diagnóstico proativo.

Não podemos deixar de falar, em decorrência da política de inclusão escolar, que os educadores do ensino regular estão recebendo um contingente crescente de estudantes cujas dificuldades educacionais específicas são desconhecidas por eles. Em muitos casos, os professores não estão habituados a trabalhar com esse público, por isso planejar as aulas para esses estudantes tem sido um grande desafio também. É necessária a distribuição de conhecimento a esse respeito de antemão, ao professor para que ele consiga lecionar no dia a dia a esses estudantes. Nesse sentido, o plano individualizado vai contribuir para minimizar a

sensação de despreparo dos professores no processo de inserção desses alunos no ensino regular.

Somado a isso, as decisões e ações tomadas da escola, a começar pelo planejamento escolar, são gestadas e geridas por um conjunto coletivo da escola, que inclui o diretor, o supervisor, o orientador e todos que dela participam. Logo é necessário que a gestão considere o que pode ser útil ainda que não seja o que ela pense ou defina como absoluto, considerando um consenso mútuo. Pois o objetivo maior é o ensinar e o aprender das crianças, que tem origem na organização da educação e da escola, que é sugestivo ser democrático (Rangel, 2013).

Em observância e cumprimento as prerrogativas legais o professor deve entender que nem tudo que é determinação vai servir para ser aplicado no seu plano. Ele deve estar atento a essa questão para não chegar a prejudicar o seu aluno com conteúdos ou assuntos que comprometam o seu ensino-aprendizagem. Por isso a importância de se construir um plano (e analisar manualmente o conteúdo) que de fato susta efeito de consequências positivas. O uso do livro didático, da BNCC, são exemplos de instrumentos, que foram construídos e pensados em uma perspectiva ampla demais, por isso o professor deve avaliar as possibilidades de ensino para o público que esta atendendo.

Depois que o docente se integrar no contexto escolar e reunir-se com a equipe responsável, planejaram uma ação a fim de conhecer as intenções não só da escola, mas também dos seus alunos. E isso não significa que o docente não tenha ciência da organização primária e da sistematização dos processos didáticos, e sim concepções próprias a respeito do ensino- aprendizagem, por isso ele buscará conhecer as necessárias para atender a escola sem perder a sua aspiração profissional e educativa.

Planejar pode resultar em um ambiente menos desigual e democrático, ao considerar os fatores internos e externos à escola e à realidade dos alunos em sua composição. O ato de planejar aparece, portanto, como o recurso mais adequado para se manter um alto grau de racionalidade, por permitir um processo de decisão conveniente à organização.

O professor deve internalizar a ideia de que muitas vezes o aluno já chega com uma convicção sobre algo (o que causa impacto durante o processo de ensino-aprendizagem) que ele vai tentar ressignificar por intermédio de um plano. O plano fará com que o professor tenha abertura de se inserir no mundo do aluno sem ser usurpador. Os impactos aparecem e

vêm das mais variadas causas, mas nenhuma delas deve ser porque o professor não planeja as suas aulas.

Quando falamos em planejar entendemos que é um compromisso que o professor faz consigo e com o seu próximo, ou seja, o seu aluno. É nesse momento que ele analisa suas ações e intenções, onde ele procura esclarecer o seu posicionamento em relação aos problemas de seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as formas para a superação dos mesmos (Fusari, 1988).

Se o docente vai deixando de prever planos, pode-se entender que a sua sensibilidade foi ignorando as dificuldades e situações que podem acontecer no cotidiano da sala de aula. Com o planejamento, os objetivos são definidos e ordenados, estruturando e direcionando as ações que precisam ser realizadas evitando que recursos sejam utilizados de forma desnecessária, o que facilita o controle das ações e a forma de avaliá-las.

No planejamento docente entendemos como processo de análise crítica onde o educador planeja suas ações e intenções, onde ele procura ampliar a sua consciência em relação aos problemas de seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as formas para a superação dos mesmos (Fusari, 1988, p. 50).

Portanto, o professor deve estar atento as prerrogativas legais ao elaborar o seu plano de aula, identificando as suas incubências de forma precisa para não chegar ser prejudicial a sua atuação nessa relação direta que ele tem com o seu aluno. Porque querendo ou não esta em suas mãos proporcionar caminhos para o alcance da aprendizagem dos seus alunos. O docente só vai explorar de fato o seu profissionalismo no exercício e execução da elaboração do plano de aula.

3.2 A elaboração do plano de aula e as implicações na aprendizagem dos alunos

A elaboração do plano de aula pelo professor começa desde a observação das normas legais da educação. Quando o professor observa as discursões que foram feitas no planejamento escolar da instituição, ele já pode prever os conteúdos, as atividades, as avaliações, e periodicamente as revisões do que precisa ser modificado.

Por mais que estejamos imersos em uma dimensão ampla, chamamos a atenção para a sala de aula onde tudo começa de fato, porque o resultado está sujeito ao plano que o docente produzirá, onde o ensino-aprendizagem é seu produto e que outrora não evolui sem a articulação entre essa elaboração docente e a observação das prerrogativas legais. Por isso, o

ato de planejar é fundamental para estabelecer tratativas de como funcionará o ano letivo e quais desafios e metas devem ser superados.

Sabendo disso, consideramos o plano de aula como uma parte da história que o professor cria e descreve, a parte de como tudo se desenvolverá em um dia letivo, metaforicamente, é o ato de prever o tempo onde o professor é o meteorologista (Santos; Gomes, 2018). Portanto, se o plano de aula não é identificado no cotidiano escolar, “a história fica mal contada” e não temos a previsão do tempo, ou seja, não há objetivo claro naquilo que se pretende desenvolver.

O principal recurso do professor no chão da sala de aula é o plano. É uma ação diária que necessita de reflexão para a produção das atividades didáticas e dos objetivos a serem alcançada no processo educacional, sendo uma atividade consciente e organizada.

O plano se constitui o desafio diário do professor e ainda que aconteça a formalização dos diferentes momentos desse processo ele é permeado por contradições e extemporâneos que nem sempre são possíveis de serem resolvidos com improvisos ou a montagens de rotinas diárias. Porque o “Plano é o produto, que como tal pode ser explicitado em forma de registro, de documento ou não (...) enquanto produto é provisório” por esse motivo deve ser reformulado sempre que necessário (Vasconcellos, 1995, p. 43).

O plano individualizado é um exemplo nítido da necessidade do professor analisar as questões com mais clareza para elaborar. Para alunos com dificuldades específicas a elaboração é indispensável para se idealizar a aprendizagem.

De modo sintético, pode-se dizer que o planejamento individualizado pode ser tanto “escolar”, quando se preocupa em atender às demandas escolares, ou “educacionais”, com maior abrangência, por se preocupar em atender às demandas da vida em comunidade de modo geral e levando em consideração o ciclo vital do indivíduo, que envolve estabelecer metas em curto, médio e longo prazo. De qualquer modo, a proposta do PEI pode ser traduzida como a forma de se produzir documentação ou registro com a finalidade de promover e garantir, como um contrato, a aprendizagem de estudantes PAEE por meio da ação compartilhada pelas pessoas responsáveis ou que deverão trabalhar com esses estudantes (Valadão; Mendes, 2018, p.40).

O trabalho do professor nessa perspectiva é complexo e dificulta na medida em que alguns empecilhos vão aparecendo, pois ele deve seguir tanto os regimentos que a escola define quanto aderir a estudos específicos para lidar com os alunos com dificuldades específicas.

A elaboração de um plano descarta o improviso, o imediatismo, a ausência de ações, pois ele antecipa e prevê. Essa proposta passa a ser a base, um norte para as ações educacionais do local. “Com o Plano é possível então acompanhar o seu desempenho, avaliar se os resultados alcançados foram ou não os esperados, onde houve desvios, quais os problemas enfrentados” (Sobrinho, 1994, p.3-4). Planejamento e Plano estão estreitamente relacionados, mas não são sinônimos. O primeiro representa o processo e o segundo é um registro do processo.

É importante que o professor planeje sua aula considerando que os alunos vivem na “Era da informação”, o que se torna mais complexo, pois, necessita de um plano que aborde o que o aluno realmente precise saber como base em informações verídicas e confiáveis. Por isso, essa elaboração traz a possibilidade ao docente de manter a articulação da disciplina com o currículo e também de auto avaliar suas aulas com o objetivo de melhorá-la sempre. Ele pode ser alterado caso a reflexão do professor norteia nesse sentido.

Como o ambiente escolar pode resultar em situações imprevisíveis, o plano de aula não obriga o professor a cumpri-lo de forma rígida. Com essas imprevisibilidades, o professor utilizando da reflexão como ferramenta para um bom plano de trabalho, pode fazer o redirecionamento de ações, o que não quer dizer que o professor esteja despreparado, mas sim que tem a habilidade para agir e decidir quando necessário.

Então é no plano que o professor vai deixar registrado o que se pensa em fazer, como fazer, com que fazer com quem fazer. Para que exista o Plano é necessário que se tenha a base nos dados e informações disponíveis, a definição e os objetivos a serem alcançados tenham confrontado os objetivos com os recursos humanos e financeiros disponíveis, tenha definido o período de realização das ações, enfim, tenha organizado o conjunto de ações e recursos.

O plano é uma parte da prática pedagógica no cotidiano escolar, que deve acontecer durante todo o ano letivo, onde o trabalho de formação do aluno, através do currículo escolar será priorizado. Assim, os planos envolvem a fase anterior ao início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador (Fusari, 1988).

Um professor que objetiva atuar de forma eficiente deve elaborar uma proposta que estimule a participação do aluno, a fim de que sua aprendizagem seja realmente significativa. O aparecimento da desconsideração desse documento diante de vários fatores

que tendem a gerar consequências prejudiciais no contexto educacional pela determinação da qualidade em relação à importância do planejamento para um bom trabalho da qualidade do ensino denuncia um profissional inabilitado para essa atividade.

O ato de planejar, não é meramente produzir, e sim a sua veracidade em amparar propostas e apontar caminhos possíveis a serem seguidos. E considerando que o professor é protagonista dessa atividade ele precisa estar disposto a protagonizar essa elaboração dentro de uma perspectiva crítica, e saber que é uma grande responsabilidade e que pode favorecer um bom desempenho profissional, mas que para isso, o docente deve estar inteirado de suas atribuições assumindo seus deveres como tal.

O ato de ensinar carrega uma intencionalidade, ou seja, é uma ação-reação que pré-estabelece metas, objetivos, estratégias, metodologias entre outros, e que sua vez, depende das concepções estabelecidas pelos atores efetivos no ato educativo. A depender do posicionamento essa ação pode ser benéfica ou maléfica por ambas as partes (aluno, professor, família, gestão).

Segundo Veiga (2006), ensino, aprendizagem, pesquisa e avaliação são elementos centrais no processo didático. O primeiro elemento é tarefa do professor. O segundo é uma necessidade direta do aluno. A pesquisa é inerente ao processo, envolvendo ambos os agentes. E a avaliação do processo é necessária para averiguação às dificuldades e os avanços.

A ação de educar, subordinado ao ensino-aprendizagem, conta com sujeitos, os quais devem ser considerados na perspectiva que se adota a amplitude e a responsabilidade didática. São perguntas como: Que professor eu sou? Qual meu perfil profissional? Quais as minhas habilidades? Qual o meu posicionamento político? Quem é o meu aluno? O que quero do meu aluno ao final do ciclo educacional-escolar? Para que e por que formá-lo? Essas questões são pontos de partida para que o professor amplie seus horizontes e suas perspectivas a cerca da didática na sua prática de ensino.

O momento da aula é a aplicação da sistematização dos conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos, e desenvolvidas pelo professor. Esses conhecimentos são provenientes de atividades específicas que é propenso a produzir novos conhecimentos, com base em metas e estratégias, de cunho amplamente social pautada pelas dinâmicas inerentes às contradições da sociedade em que se esta.

Desde a preparação das aulas o professor envolve o conhecimento científico adaptado ao ensino pela escola (transposição didática), junto às metodologias para que esse conhecimento possa ser transmitido e absorvido pelos alunos.

Chervel (1990, p. 188), determina as possibilidades da apropriação do conhecimento por uma maior idade, nas suas palavras:

O saber escolar é sempre balizado e mediatizado pela idade do aluno, diferenciando, a partir da possibilidade de compreensão e elaboração dos dados informados, as fases caracterizadoras do processo cognitivo. Esta adequação pode ser verificada também na seriação e na estruturação dos graus do ensino, que pretendem, por meio de simbiose, entrelaçar o desenvolvimento psicológico e as exigências culturais de socialização colocando 'um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa'.

Fica claro a complexidade do processo do ensino, que envolve conhecimentos que vão desde a psicologia do desenvolvimento do aluno passando pelas determinações sociais (conteúdo a serviço de uma finalidade) e especificações didáticas, como a sequência dos conteúdos.

Essa prática docente de elaboração da aula é uma atividade complexa e multideterminada e que, no final e ao longo do processo, produz um saber específico, e igualmente complexo, o qual se vincula aos conhecimentos científicos produzidos, aos manuais didáticos disponíveis no mercado, à sua relação com o conhecimento, à relação interpessoal com os alunos, ao conhecimento desses alunos no ponto partida e de chegada (conhecimento sincrético ao conhecimento sintético), à relação consciente ou não com o seu papel político-social, à sua formação inicial e continuada etc. (Melo; Urbanetz, 2012).

A aprendizagem só acontece dentro de um trabalho organizado que conta com uma finalidade específica determinados conhecimentos, habilidades, normas de convivência social. Quando o professor se mobiliza e desenvolve o plano de aula ele está convicto de que esse trabalho vai impulsionar as ações já estabelecidas.

Embora isso possa ocorrer em vários lugares, e de várias formas na escola que são organizadas as condições específicas para a transmissão e assimilação de conhecimentos e habilidades. “Esta organização intencional, planejada e sistemática das finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino, ou seja, do professor” (Libâneo, 2006, p. 82).

A aprendizagem fica fora de contexto quando as mudanças do período histórico acontecem e não há um acompanhamento. Porque em cada período é preciso formar, para a sociedade, os educandos com um determinado perfil que atenda às necessidades do processo produtivo. Por isso um plano que foi construído ano passado pode não ser útil para o momento atual porque as concepções e os alunos não são os mesmos.

Aprender não é apenas um processo cognitivo, que ocorre no âmbito específico da psique, reduzido à esfera individual, mas é também um processo determinado histórico-socialmente (Melo; Urbanetz, 2012).

Outra característica da aprendizagem é que ela acontece somente se houver da parte do educando uma atividade autônoma no sentido de que ele se disponha para o aprendizado. “Significa dizer que a transmissão dos conteúdos, os conhecimentos científicos, as habilidades, atitudes etc., não é feita de maneira mecânica, do professor para o aluno, sem que este queira” Libâneo (2006, p. 83).

A esse respeito, o mesmo autor afirma que “[...] a aprendizagem efetiva acontece quando, pela influência do professor, são mobilizadas as atividades física e mental próprias das crianças no estudo das matérias”, esse processo é chamado de assimilação ativa, no sentido de que é o aluno, pela sua atividade, que se apropria dos conhecimentos e de tudo o mais que se disponibilize no processo educativo.

No entanto, outro autor reduz o processo de aprendizagem a uma relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto, mediado pelo professor, ou seja, secundariza a atuação da sociedade na construção dos conhecimentos. O mesmo, alerta para o fato de que o aprendizado não ocorrerá se trabalharmos com conteúdos que a criança não é capaz de aprender, mesmo em colaboração (Vygotsky, 1993).

É possível perceber que a construção do plano de aula é essencial para o aprendizado do aluno, como vimos não é um mérito somente do professor, são as contribuições da gestão da família e até mesmo do próprio aluno. O professor deve se preocupar em disponibilizar esse trabalho para não se deparar com discursos que afirme que ele está descumprindo essa incumbência que lhe cabe.

Por isso, para o professor precisam estar claras essas definições entendendo que a maior esfera do processo didático, é dispor de recursos que proporcionem o ensino e o aprendizado do aluno. O professor precisa ter no seu discurso clareza das questões, oportunidade para atuar e ações significativas. Veremos adiante o discurso de alguns professores e as suas implicações nesse processo.

4 PERSPECTIVAS SOBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR: O que dizem gestores, supervisores e professores sobre o plano de aula e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem

A partir dos estudos bibliográficos sobre a temática do planejamento em seus diferentes níveis e abrangências realizamos uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e quantitativo, a fim de reunir informações por meio de questionários (instrumento com questões abertas e fechadas), concepções sobre as práticas e vivências da docência na elaboração dos planejamentos e planos educacionais e escolares de professores, gestores e supervisores dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas de rede pública e particular de ensino.

Para isso foi importante utilizar o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual conforme normas nacionais da pesquisa nos permite publicar os dados obtidos através da aplicação de questionários para embasar as nossas hipóteses levantadas durante a pesquisa. Foi preciso ir além das determinações legais para consolidar o que aparentemente conseguimos afirmar a cerca das concepções e implicações do planejamento na prática docente. Os dados obtidos (por meio dos questionários) foram fundamentados nos critérios descritos no método desenvolvido por Laurence Bardin em sua obra análise de conteúdo (1977), somado a teoria social do discurso por Norman Fairclough (2008). Onde o nosso objetivo foi perscrutar as questões declaradas pelos sujeitos da pesquisa sobre as implicações de observar e elaborar o planejamento e mais especificamente os planos de aula. Não mais sob as suas visões, mas sob as interpretações que podem ser concluídas diante da análise das investigações dos discursos apresentados.

Recorremos a alguns espaços escolares em busca de respostas a questões da temática para conseguirmos inferir a conduta com a qual estes profissionais estão lidando com as demandas pedagógicas que cabem a eles. A atuação do pedagogo em ambientes escolares é bem mais frequente do que em ambientes não escolares, por isso esse foi o universo que escolhemos para realizar nossa pesquisa, professores dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas de rede pública e privada, bem como os gestores e supervisores desse nível. E o uso de planejamentos e planos nesses espaços é fundamental para determinar meios para alcançar os objetivos.

O ambiente escolar é carregado de influências que vão desde as questões sociais dimensionadas pelos acontecimentos que vão surgindo, e precisam ser acompanhados, até as

questões familiares que o aluno ao adentrar a sala de aula leva consigo. Esse é também um ambiente de oportunidades que leva uma criança a pensar que ela pode ter uma vida melhor através dos estudos. E é por intermédio do planejamento que o professor elabora que tudo isso vai tomando forma. É ele quem vai considerar o todo e didatizar esse conhecimento para chegar até o seu aluno por meio dos planos de aula. Esse ensino impulsionará o estudante na tomada de decisões e ações que depois vão refletir na sociedade. Aqui é importante deixar claro que o papel do professor em ensinar tem que ser uma via de mão dupla, ou seja, o aluno aprende ouvindo e pondo em prática o conteúdo que o professor transmitiu então a aprendizagem é alcançada quando ambos se empenham nesse processo.

A discursão que se segue é necessária, porque é na sala de aula que os índices estabelecidos em um plano nacional, vão avançando na medida em que conseguem ser equacionadas pela escola, e observados pelo professor. É também no respeito às particularidades de cada ambiente (regiões brasileiras), demonstrando a necessidade de não ignorar o direito de igualdade e acesso a educação de qualidade para todos e o cumprimento da delegação pedagógica. O professor deve considerar e propor os encaminhamentos metodológicos, caso contrário não precisaríamos planejar melhorias para a educação como um todo.

A pesquisa vai seguir apresentando os resultados das investigações, em controvérsia as hipóteses equacionadas, expondo e argumentando criticamente as conclusões obtidas sob análise das declarações dos docentes e suas objeções no processo de ensino-aprendizagem acerca do seu planejamento na perspectiva da dimensão teórico-metodológica.

4.1 Caracterizações das escolas campo

O campo de pesquisa deu-se nas escolas da rede pública e rede particular de ensino do município de Santa Inês- MA. Em dados mais recentes, a rede de ensino da cidade de Santa Inês conta com 46 escolas públicas (somente região urbana) e 13 escolas particulares, 413 professores da rede pública e 98 professores da rede particular, ambos, professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Com um total de 5.651 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública e 1.622 da rede particular (Censo, INEP, 2023).

Do total de escolas, selecionamos 4 delas para participarem da pesquisa, a saber: Escola Municipal Ferdinan Gutman (pública), Escola Municipal Papa João Paulo II (pública),

Centro educacional Menino Jesus (particular) e Escola Adventista de Santa Inês (EASI) (particular).

As escolas selecionadas em ambas as redes foram escolhidas não só por contemplar o público que estávamos procurando, mas para mostrar a necessidade do uso dos planejamentos e planos independente da rede de ensino (pública ou particular) de educação. E também para contestar a ideia popular de que por a escola ser “pública” não há um cumprimento das incumbências por parte dos professores, enquanto que na rede particular a exigência é colocada em prática e aplica pelo corpo pedagógico.

4.1.1 Escolas da rede pública

Começamos apresentando a escola municipal Ferdinan Gutman localizada na Rua do Carmo, N° 1045, Palmeira, é uma escola pública integralmente de anos iniciais do ensino fundamental, ela conta com um quadro de 34 professores, 439 alunos, 9 salas, 1 supervisor e 1 gestor.

Já a escola municipal Papa João Paulo II, localizada na Rua Dr. Edmilson Goncalves, N°263, Aeroporto (que está em processo de reforma estrutural), é uma escola pública que atende os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e conta com um coletivo de 18 professores (do ensino fundamental), 383 alunos, 14 salas contando com 1 gestor 2 supervisores.

4.1.2 Escolas da rede particular

A escola Centro educacional Menino Jesus, da rede particular, é uma escola de cunho religioso que atualmente conta com um total de 9 professores do ensino fundamental anos iniciais, tem 450 alunos matriculados, 9 salas 1 gestor, 1 supervisor.

A Escola Adventista de Santa Inês (EASI) da rede particular de ensino, também de cunho religioso, conta com 13 professores dos anos iniciais do ensino fundamental, a escola também dispõe desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, tem 520 alunos matriculados, 6 salas, 1 gestor, 1 coordenador, 1 orientador.

Quanto ao quantitativo de professores ativos e inativos na pesquisa aderimos a uma tabela ilustrativa onde apresentamos por escola campo as participações.

Tabela 01- Número de participação de professores por escola

Instituições escolares públicas	Número de candidatos	Número de participação ativa	Número de participação inativa
Escola Municipal Ferdinan Gutman	36	0	36
Escola Municipal Papa João Paulo II	21	10	11
Total:	57	10	47

Instituições escolares particulares	Número de candidatos	Número de participação ativa	Número de participação inativa
Centro educacional Menino Jesus	11	5	6
Escola Adventista de Santa Inês	16	12	4
Total:	27	17	10

Total geral:	84	27	57
--------------	----	----	----

Fonte: Autora (2024).

Ao observarmos o quantitativo de professores que se dispuseram a responder a pesquisa, destacamos que esses dados são uma abertura para refletirmos sobre a importância que é dada as instâncias (como a Universidade) que de certo modo colaboram indiretamente com os campos educacionais. Os estudos acadêmicos são carentes da acessibilidade dos dados que muitas vezes sofrem repulsa dos que estão de fora do processo. A experiência que levamos é de uma ótima hospitalidade, mas que deixa a desejar na participação ativa, como é revelado no quadro acima. Precisamos manifestar-se para obter um lugar garantido de fala, caso contrário, futuramente será inviável acessar a esses locais ricos em assunto de pesquisa.

Além de nos proporcionar uma visão clara do número de participação dos professores, a tabela acima demonstra a preocupação dos mesmos em apoiar pesquisas como esta que se enquadra em atividades extraescolares denominadas como uma das tarefas do professor que em outras palavras esta expresso na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (Lei no 9.394/1996) inciso VI em “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”, neste caso, comunidade acadêmica.

4.2 Perfis dos professores participantes da pesquisa

Antes das questões mais específicas sobre a temática, é necessário conhecer o perfil profissional desses professores. Consideramos questões que nos ajudaram a analisar tais perfis como: nível de formação profissional, forma de ingresso na educação entre outros.

4.2.1 Professores da rede pública

Do total de professores da rede pública que participaram da pesquisa, 75% dos profissionais afirmam ter ao menos uma especialização. Todos, ou seja, 100% deles

ingressaram na educação por intermédio do concurso público. E 100% afirma trabalhar no horário parcial de 20 horas. A maioria afirma atuar como professor a mais de 10 anos, tendo uma média de idade de 40 anos +.

Quando questionados sobre outras funções que já exerceram no âmbito educacional eles dizem ter atuado na gestão e supervisão. Assim como também profissionais que não exercem outras atividades além de professor. Agora atuar paralelamente em mais de uma instituição de ensino 62,5% afirmam não exercer. Enquanto que 37,5% são professores em duas instituições diferentes.

4.2.2 Professores da rede particular

Dos profissionais da rede particular que participaram da pesquisa, 90% tem apenas a graduação. Os mesmos ingressaram na educação por intermédio de indicação (50%) e de processo seletivo (50%). E 70 % declara trabalhar no horário parcial de 20 horas. Os professores afirmam atuar na educação como professor a mais de 3 anos (a maioria) O que revela termos profissionais recém chegados na rede. A média de idade é de 20 anos +.

Na ocasião quando questionados sobre outras funções que já exerceram no âmbito educacional eles dizem ter atuado desde a função de auxiliar de sala até coordenador pedagógico. Assim como também profissionais que não exercem outras atividades além de professor. Agora atuar paralelamente em mais de uma instituição de ensino 70% afirmam não exercer. Enquanto que 30% são professores em duas instituições diferentes.

Os profissionais da rede pública tem um nível de formação superior aos da rede particular com formas de ingresso diferentes, mas carga horária parcialmente igual. A comparação do período de tempo atuando na educação é diferente, pois os da rede particular são recentes em comparação as da rede pública que atuam a mais de 10 anos. Em ambas as redes poucos foram os profissionais que não exerceram outras atividades além de professor. A soma de professores que atuam somente em uma instituição de ensino é maior do que aqueles que se dividem para tender a demanda em duas instituições. Respectivamente 32,5% atuam somente em uma instituição, mas ainda temos 67,5% que atuam em mais de uma instituição o que pode prejudicar a sua dedicação nos planejamentos e planos diários.

4.3 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos professores da rede pública e particular de ensino

Finalizadas essas questões sobre o perfil profissional, abordamos questões mais específicas sobre a temática, considerando a fala dos professores de ambas as redes sob suas perspectivas teóricas e práticas sobre planejamento educacional e escolar. Ao decorrer das questões vamos considerando e discutindo as concepções apresentadas.

Quando os professores são questionados quanto à influência do Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos, 75% dos professores da rede pública e 90% dos profissionais da rede particular concordam que influencia. Porém, 25% dos professores da rede pública e 10% dos professores da rede particular ainda acham que o planejamento não influencia na qualidade do trabalho docente. Ao que foi levantado como hipótese “a negação do ato de planejar por considerá-lo desnecessário” é confirmada nesses índices.

Destacamos a justificativa feita por um professor acerca dessa afirmação:

A importância do planejamento não é só para atender uma exigência da legislação, mas como instrumento que possibilita ao professor prever ações de ensino voltadas para a realidade dos estudantes, tornando a ação de ensinar mais prazerosa e o aprendizado mais eficaz (Professor A, rede pública).

O discurso acima demonstram que esse professor entende que esse é um processo dinâmico eficaz no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos e que possuindo clareza na sua elaboração pode identificar soluções e ações capazes de proporcionar com interação e aprendizado.

Pois assim, possibilita o professor estabelecer estratégias de ensino para os alunos obterem êxito no seu processo de aprendizagem. Tornando o ambiente escolar prazeroso, preparado e organizado para os alunos (Professor 1, rede particular).

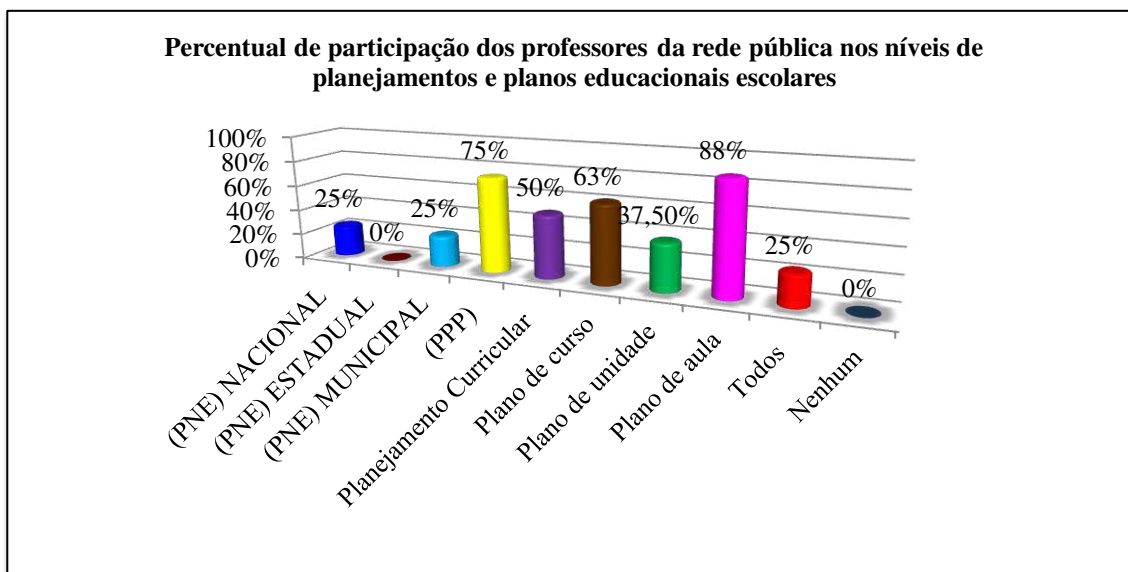
Porque precisamos trabalhar a real dificuldade da criança e para o mesmo precisamos de um plano (Professor 2, rede particular).

Sim, pois ajuda o professor a se organizar nas aulas com facilidade. (Professor 3, rede particular)

As falas acima mostram que os docentes entendem que esse é um elemento pedagógico eficaz no desenvolvimento do ensino- aprendizagem dos alunos e que possuindo clareza na sua elaboração pode identificar dificuldades no processo de ensino que futuramente são capazes de ser solucionados.

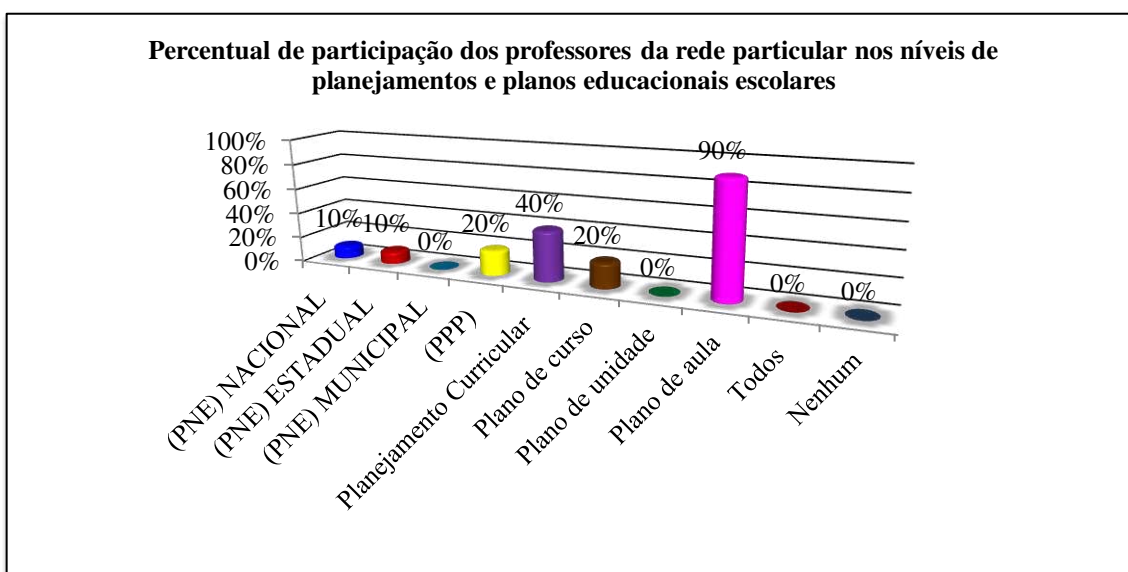
Para ter ciência da importância dos níveis de planejamento é essencial participar das discussões e elaborações. Os professores participantes da pesquisa afirmam envolverem-se nesse trabalho de acordo com os dados obtidos nos gráficos a seguir.

Gráfico 1- Percentual de participação dos professores da rede pública nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 2- Percentual de participação dos professores da rede particular nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

O PNE, conforme discutido teoricamente, é um documento fundamental na observação das metas que o País deseja alcançar para a educação como um todo onde o papel do professor de considerá-lo em suas produções é indispensável, ainda assim, percebemos a ausência de discussões sobre esse documento para que possa ser um referencial no contexto escolar, somente 50% dos professores rede pública e 20% dos professores rede particular participam de discussões relacionadas a esse documento.

Quanto à participação dos professores na elaboração do PPP, apenas 20% dos profissionais da rede particular participam, enquanto que na pública 75% dizem participarem. Por isso, o nosso posicionamento descrito nas hipóteses da pesquisa, a saber: *“a produção dos planos estão desvinculadas da perspectiva expressa no documento legal da escola”*, ou seja, o PPP, ainda não é considerado no discurso de alguns professores. Os nossos referenciais teóricos validam a relevância desse documento para a escola e para a comunidade que a cerca.

É um direito assegurado pelo Governo, mas deve ser realizado com a participação efetiva de toda a comunidade, cobrando e fiscalizando as ações da escola no cumprimento das metas estabelecidas no PPP. Esse projeto só tem sentido se a preocupação fundamental da escola for a melhoria da qualidade da educação (Carvalho; Tostoreli, 2022 p.109).

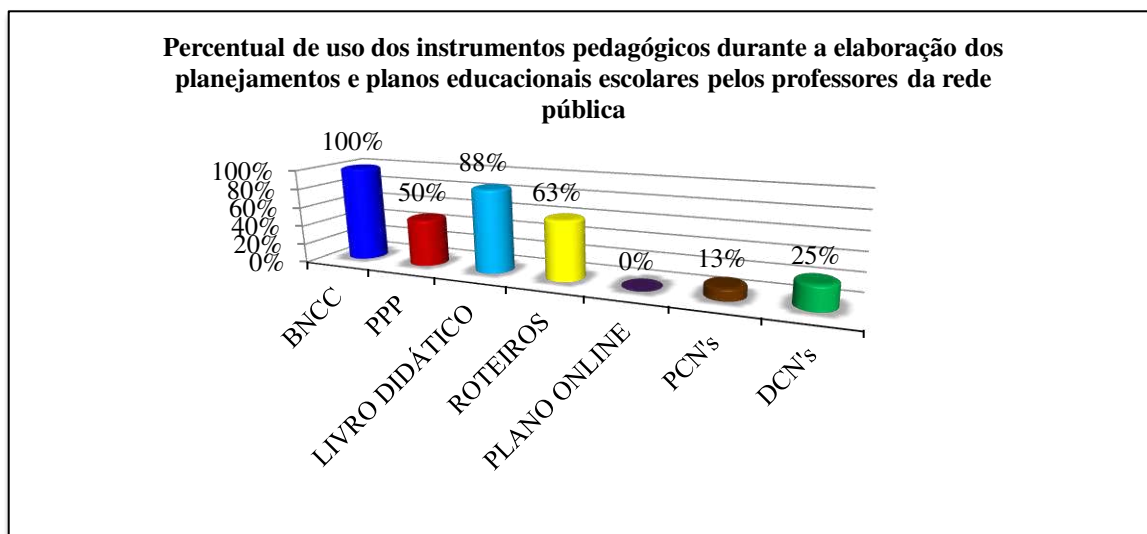
É de suma importância que esse documento caminhe junto ao que o professor planeja para suas atividades. O projeto político pedagógico é indispensável nesse processo por ser o documento que fundamenta a identidade da escola ou instituição, pois esclarece a realidade da escola seus anseios e metas desejadas. É indispensável entendê-lo como um instrumento de possibilidade e organização que se funda no entendimento compartilhado entre professores, pais e demais interessados em educação.

O índice de participação no planejamento curricular, plano de curso e plano de unidade deveria ser igual aos anunciados no plano de aula. Levando em conta essa dessemelhança as propostas equacionadas no plano de aula avançaram de modo isolado. O que demonstra a tentativa do professor de *“alcançar a plena prática pedagógica”* de forma autossuficiente.

Quanto à periodicidade das ações de planejamentos e planos os professores informam que a realização do Planejamento Escolar na rede pública é organizada mensalmente e a elaboração dos Planos de Aula semanalmente e na rede particular é organizada bimestralmente e a elaboração dos Planos de Aula também. É importante deixar claro que desde as prerrogativas legais essa ideia de planejar as ações são colocadas em pauta. Na LDB artigo 13 inciso V o professor deve: [...] “participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional”.

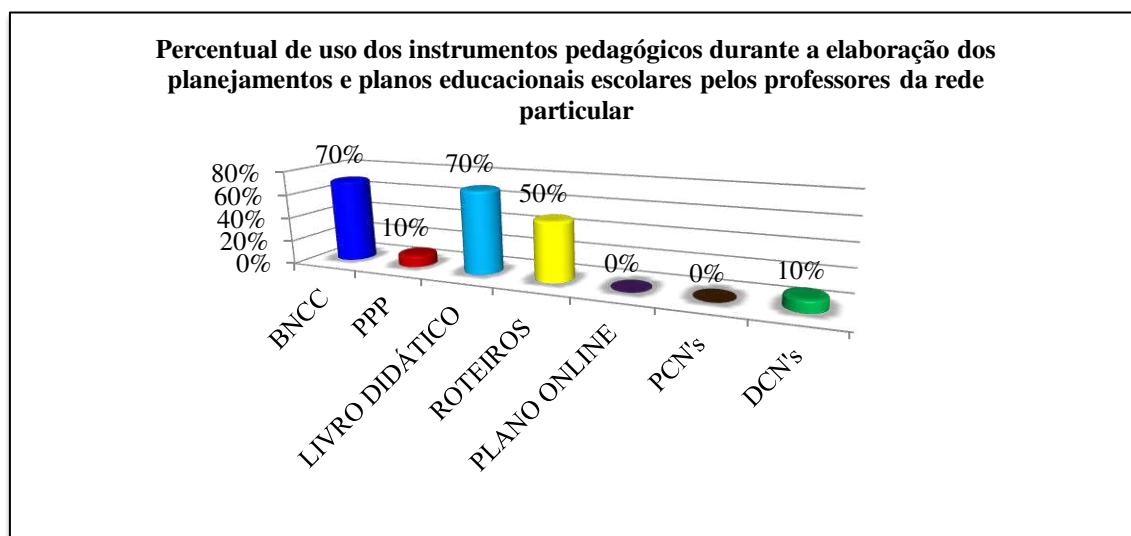
Existem alguns instrumentos que podem ser somados ao trabalho do professor durante a elaboração do plano no intuito de aperfeiçoá-lo, no questionário sugerimos alguns e os professores ficaram livres para indicar de quais eles faziam uso. Observe nos gráficos a seguir:

Gráfico 3- Percentual de uso dos instrumentos pedagógicos durante a elaboração dos planejamentos e planos educacionais escolares pelos professores da rede pública



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 4- Percentual de uso dos instrumentos pedagógicos durante a elaboração dos planejamentos e planos educacionais escolares pelos professores da rede particular



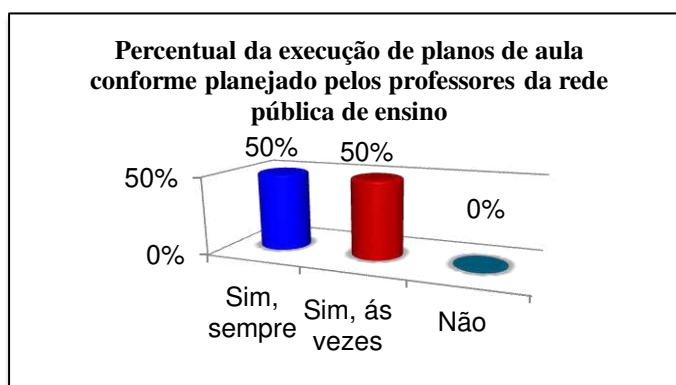
Fonte: Autora (2024).

É importante trazermos a tona a seguinte hipótese que levantamos antes da pesquisa de campo: “a tentativa de alcançar a plena prática pedagógica apoiada no que dita os livros didáticos”, pois ela se confirma nos dois campos quando eles se utilizam respectivamente em 88% e 70% dos votos nos Livros didáticos na tentativa de alcançar a plena prática pedagógica. Quando na verdade o seu olhar deveria estar voltado quase sempre ao PPP e os documentos normativos PCN's e DCN's a fim de fundamentar seus planejamentos e planos, pois a apreciação do livro didático não é suficiente. Quando a

minoria deles observam documentos tidos na educação como obrigatórios confirmamos mais uma hipótese “a ausência na observação das prerrogativas legais” no exercício da sua prática pedagógica.

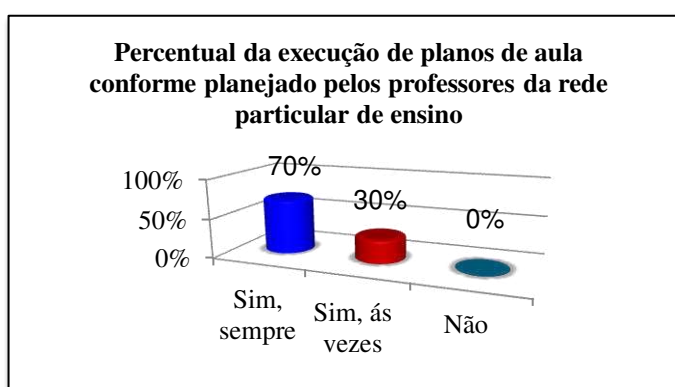
Mediante a realização das tarefas diárias que o professor deve exercer, perguntamos aos professores se eles conseguem executar os seus planos de aula conforme planejado, 50% (rede pública) e 70% (rede particular) apontam que sim “sempre” essa atividade sai como planejado. Mas em contra partida respectivamente 50% e 30% afirma não acontecer como programado. Vejamos os gráficos:

Gráfico 5- Percentual da execução de planos de aula conforme planejado pelos professores da rede pública de ensino



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 6- Percentual da execução de planos de aula conforme planejado pelos professores da rede particular de ensino



Fonte: Autora (2024).

Em seguida, coletamos algumas justificativas feitas pelos professores para explicar a afirmação dessas respostas:

Os planos de aula são executados conforme a rotina de aulas na escola obedecendo ao que foi planejado, mas podendo ser refeito e alterado caso seja necessário. (Professor B, rede pública)

A partir dessa fala concluímos que esse professor entende que o plano de aula não é um documento inflexível que não pode ser alterado, mas que a depender da necessidade precisa ser revisto e adaptado à nova realidade.

Algumas vezes temos que improvisar a aula... (Professor 1, rede particular)

O planejamento é reajustado dependendo se o objetivo for alcançado (Professor 2, rede particular)

Por já ter tudo organizado e preparado consigo fazer tudo dentro do horário. (Professor 3, rede particular)

Percebemos nesses discursos que para estes profissionais o plano de aula não é um documento fixo que não pode ser revisto, mas que a depender da necessidade precisa ser “improvisado” o que não é uma prática adequada, mas que por muitas vezes acontece. A última fala nos faz refletir, que a organização, ou seja, o planejamento além de ser objetivo, conseguiu dentro do prazo pré-estabelecido, atender as necessidades traçadas, mas será que isso é suficiente?

Ao passo que vamos aprofundando o assunto, não poderíamos deixar de questionar os professores se na/s sala/s que ele atua existe alguma/s criança/s com dificuldade de aprendizagem específica (DAE's) e um fato que não nos surpreendeu foi 100% (da rede pública) e 70% (da rede particular) dos participantes afirmar que sim, eles lhe davam com crianças que precisavam de uma atenção específica. Dai a necessidade de levantar a discussão a cerca dos planos individuais para esses alunos.

Diante disso, informamo-nos se eles elaboram os planos individuais para atender essas crianças, 75% (da rede pública) e 66,7% (da rede particular) disseram que “sim”. Mas respectivamente, 25% e 33,3% não elaboram. Sabendo do desafio que é lhe dar com esse público verificamos se eles têm alguma dificuldade ao elaborar os planos individuais dos seus alunos com necessidades específicas e obtivemos as seguintes expressões:

Ceder promoção de aprovação para uma aluna que é surda sem estar devidamente alfabetizada (Professor A, rede pública).

As vezes, devido a falta de material, recursos pedagógicos que não são fornecidos. E isso dificulta. Muitas vezes ficamos sem saber se aquela atividade é indicada para a criança (Professor B, rede pública).

Sim, falta suporte pra que possamos atender essas crianças, tanto no campo pedagógico e outros tantos (Professor C, rede pública).

Existem muito desafios a serem ultrapassados, mas considero necessário sempre aliar os planos individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais ao plano de aula da sala regular considerando as especificidades de cada um e respeitando às diferenças, os conhecimentos prévios para assim desenvolver conhecimento sócio emocional (Professor D, rede pública).

Tenho dificuldade em elaborar as provas (Professor 1, rede particular).

Essa pesquisa evoca a necessidade de se discutir regularmente sobre todo e qualquer tipo de planejamento e plano, porque muitos espaços e pessoas estão dependendo das estratégias e métodos que gerem resultados eficazes para atender as demandas que vão surgindo com muita rapidez o que exige de cada profissional experiências e práticas de ensino-aprendizagem apropriados a cada ambiente.

Por outro lado, a gestão da escola tem o poder de impulsionar a prática educativa ou colocá-la em decadência, por estar à frente da tomada de decisões nas reuniões pedagógicas com o corpo docente e durante o acompanhamento dos procedimentos didáticos. Por isso, questionamos os professores se a gestão da escola e a Supervisão Pedagógica orientam e/ou observam a execução ou elaboração dos seus planos de aula. Na devida ordem, 90% (da rede pública) e 100% (da rede particular) dizem ter total suporte nas tarefas que realizam. Mas ainda 10% da rede pública considera não ter esse suporte.

O apoio da gestão não é suficiente para consolidar uma boa didática, é necessário dispor de apoio e recursos previstos nos planejamentos e planos dos professores, por isso a escola precisa dispor de recursos materiais previstos nas propostas de aula dos docentes. Sobre essa questão a grande maioria, ou seja, 75% (da rede pública) e 80% (da rede particular) afirma ter a sua disposição materiais para utilizar como recursos em suas aulas. Ainda que 25% (da rede pública) e 20% (da rede particular) afirmem não usufruir um índice que sustenta a hipótese de que *“não há planejamento pela falta de condições por uma série de fatores que a instituição deveria fornecer e não fornece”*.

Se o professor tem apoio da gestão e os materiais a sua disposição para a execução dos seus planos, a dificuldade em elaborar suas aulas agora poderia vir de algum fator excepcional, mas todos os professores afirmam não ter obstáculo algum que os impeça de elaborar seus planos e planejamentos.

Diante disso, a elaboração dos planos de aula deve conter um significado para o professor, por isso conferimos qual a importância desse documento para os professores sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos com os quais eles lhe davam. Observemos as respostas:

Ele possibilita atingir os objetivos para que essa aluna aprenda e me redireciona quando necessário para buscar novas alternativas (Professor A, rede pública).

O planejamento é uma atividade fundamental para qualquer professor que deseje oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos (Professor B, rede pública).

O planejamento ajuda na execução de estratégias que podem ajudar no desenvolvimento de novas aprendizagens (Professor C, rede pública).

Defronte a essas concepções, o significado que o professores tem da elaboração dos planos é compatível com a ideia que o documento sugere, mas nos resultados da pesquisa, os dados distorcem o suposto significado. Pois os mesmos que afirmam ser importante esse documento também o produzem sem uma articulação com os demais documentos, onde sem um vínculo se torna insignificante sua elaboração.

Ao final do questionário os professores foram convidados a expor quais outras questões relacionadas à temática do planejamento educacional e escolar ele considerava válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados no questionário. E suas respostas foram:

Materiais didáticos necessários para realização do que foi planejado (Professor A, rede pública).

Acredito que a BNCC e os descritores são essenciais para serem discutidos dentro do planejamento (Professor B, rede pública).

Gostaria de sugerir discussões no planejamento sobre a utilização de recursos pedagógicos adaptados à realidade dos nossos alunos maranhenses tais como: (livros didáticos, material para desenvolvimento de raciocínio lógico e robótica em sala de aula) (Professor C, rede pública).

É importante, uma vez que, o plano de aula bem elaborado apresenta sempre a melhor forma para o aprendizado do aluno, aulas mais dinâmicas e mais produtivas (Professor 1, rede particular).

Para que haja uma preparação, organização e uma qualidade de ensino e aprendizagem para as crianças (Professor 2, rede particular).

É importante para Conectar teoria com prática e aplicar diversas metodologias (Professor 3, rede particular).

Tem total importância, pois não fico perdida quando estou executando a aula (Professor 4, rede particular).

Portanto, a elaboração dos planejamentos e planos ainda continua sendo uma provocação para que os professores se envolvam nesse processo, refletindo e buscando soluções aos desacertos. Considerando que a sua prática necessita constantemente de adaptações que vão refletir principalmente no corpo discente. Considerando esses fatores seguimos dialogando com os outros membros do corpo escolar para fundamentar mais concepções sobre as mesmas questões, agora sob a visão da gestão escolar.

4.4 Perfis dos gestores participantes da pesquisa

O papel da gestão é fundamental para o funcionamento da escola e sabendo disso não poderíamos deixar de nos dirigirmos a esse público e analisar primeiramente o perfil profissional para o cargo que ocupam.

4.4.1 Gestores da rede pública

Dos Gestores da rede pública que participaram da pesquisa, 100% deles são especialistas. Afirmam ter ingressado na educação por intermédio de concurso público e atua na gestão a mais de 3 anos com um regime de trabalho integral de 40 horas. Além de gestores, já exerceram a função de supervisão e docência. Dedicam seu trabalho totalmente nesta rede porque não atua em mais de uma instituição escolar como gestores/as ou Docentes.

4.4.2 Gestores da rede particular

Dos Gestores da rede particular que participaram da pesquisa, 100% deles são especialistas. Ingressaram na educação por intermédio de processo seletivo, e atuam na função a mais de 3 anos com um regime de trabalho integral de 40 horas. Além de gestores, não exerceram outra função na educação. Por fim, afirma trabalhar integralmente na mesma rede e instituição.

Ambas as gestões tem um nível de formação equivalente, com formas de ingresso diferentes, mas carga horária similar. O período de tempo atuando na educação é idêntico, mas outras funções na educação foram exercidas somente pela rede pública. Ambos dedicam seu trabalho somente em uma instituição de ensino.

4.5 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos gestores da rede pública e particular de ensino

Para além dessas questões de perfil profissional o participante contribui detalhando pontos de vista mais específicos sobre a temática de planejamento educacional e escolar como veremos a seguir.

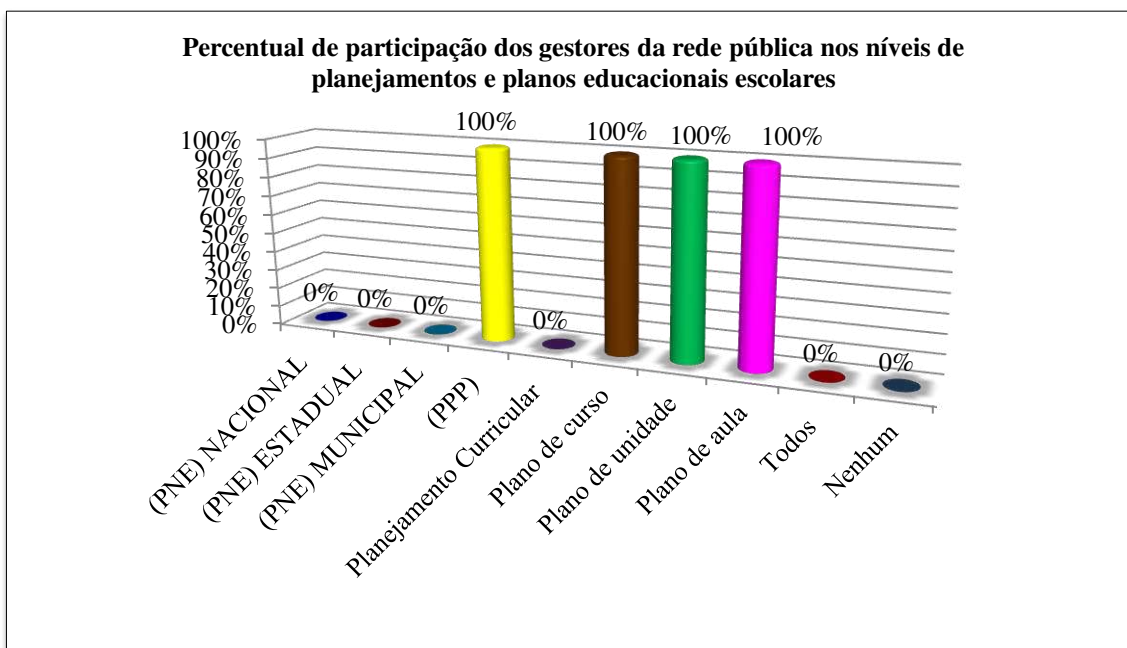
Afirmar se o Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar influenciam na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos, foi justificado da seguinte forma por alguns gestores:

Planejamento é essencial para uma melhor transmissão do conhecimento (Gestor 1, rede pública).

Planejamento é a alma da gestão (Gestor 2, rede particular).

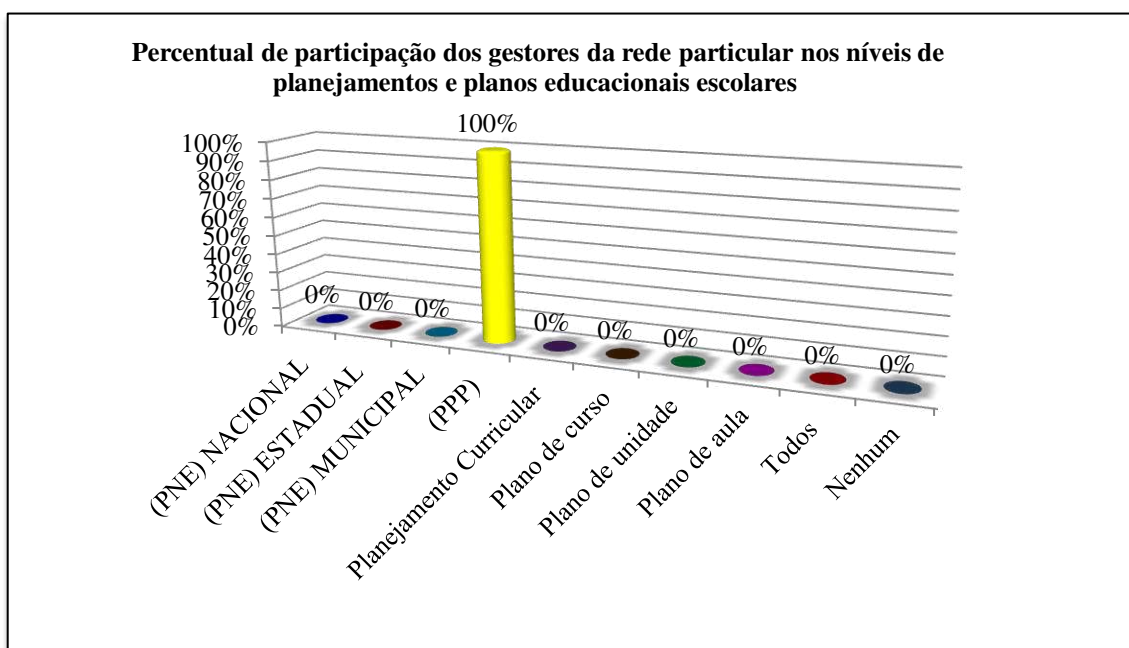
Embora concordemos com os pontos de vista, isso não é suficiente para fazer planejamento. Por isso, é necessário identificar o percentual de participação desses profissionais nas discussões e elaborações dos/nos níveis de planejamento. Diante disso, analisemos as informações que nos permite os gráficos a seguir:

Gráfico 7- Percentual de participação dos gestores da rede pública nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 8- Percentual de participação dos gestores da rede particular nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

O percentual de participação dos gestores da rede pública nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares apresenta claramente um desequilíbrio de envolvimento em um dos documentos significativos para a educação como o Plano Nacional de Educação (PNE). É importante fazer parte ou ao menos acompanhar periodicamente seus informes e principalmente alterações ao longo do processo, pois ele é quem determina quais metas e estratégias devem ser equacionadas no andamento das instituições escolares para o alcance de uma educação almejada. Da mesma forma, e o percentual apresentado no planejamento curricular que anda junto ao Projeto Político Pedagógico (PPP), ambos são indissociáveis, um não se faz sem o outro.

Por outro lado, os percentuais da gestão da rede particular afirma participar apenas do PPP da escola. O que demonstra que essa gestão deve buscar alternativas para participar dos demais níveis de planejamento, porque eles se inter-relacionam e não subsistem sem a articulação entre os demais.

No que se refere à periodicidade de realização do Planejamento Escolar na/s escola/s segundo os gestores ela acontece no período mensal. Contando com 100% de orientação e acompanhamento aos professores nas elaborações do plano de aula na rede pública.

A gestão da rede particular afirma que a periodicidade de realização do Planejamento Escolar também é realizada no período mensal, (mas os professores dessa rede afirmam que é organizada bimestralmente, o que causa certa divergência nas falas) contando apenas com a orientação aos professores nas elaborações do plano de aula.

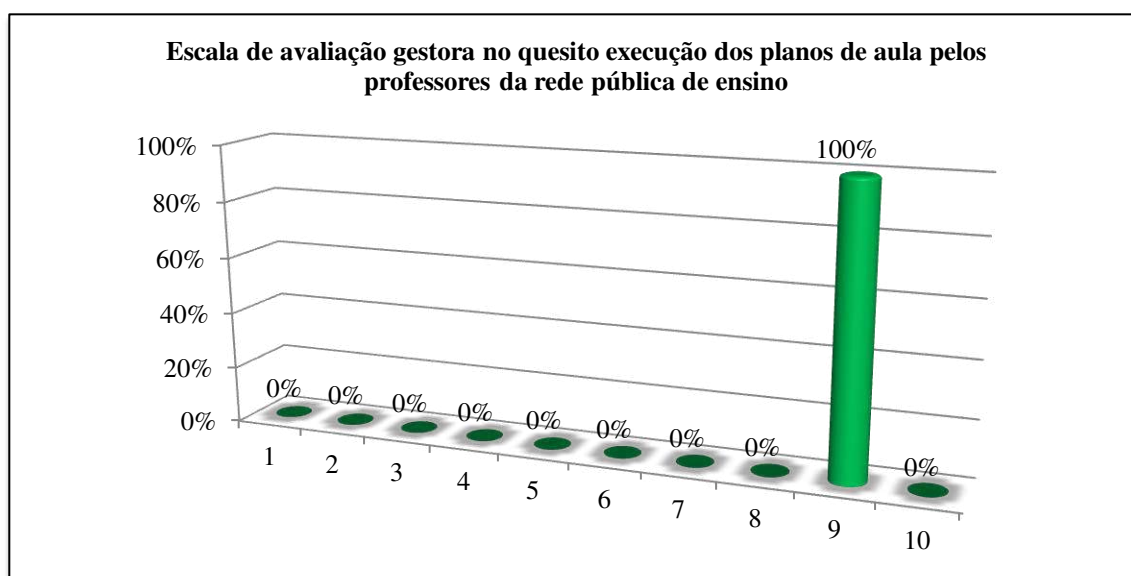
Estando a frente da maioria das discussões, a gestão pública comprova a presença dos profissionais nos períodos dedicados ao planejamento, a reuniões de planejamento, a elaboração do PPP, a elaboração dos Planos de Curso de Unidade e de Aula. Do mesmo modo a gestão particular adere a esse posicionamento. Aliás, acreditamos que a melhor ocasião para se acordar frente às discussões educacionais escolares sege nesse momento onde os profissionais tem a chance de expor seus anseios frente os encargos e posicionamentos adversos que podem ser discutidos com clareza e com argumentos consideráveis.

Ambas as redes gestoras afirmam identificar a inclusão dos alunos com necessidades específicas nos planos de aula, que os professores elaboram. Embora os professores encontrem vários desafios como vimos anteriormente. Além disso, todas as

unidades (pública e particular) consideram usufruir totalmente de materiais de apoio. Por isso, ambos dizem que os professores não tem nenhuma dificuldade em planejar.

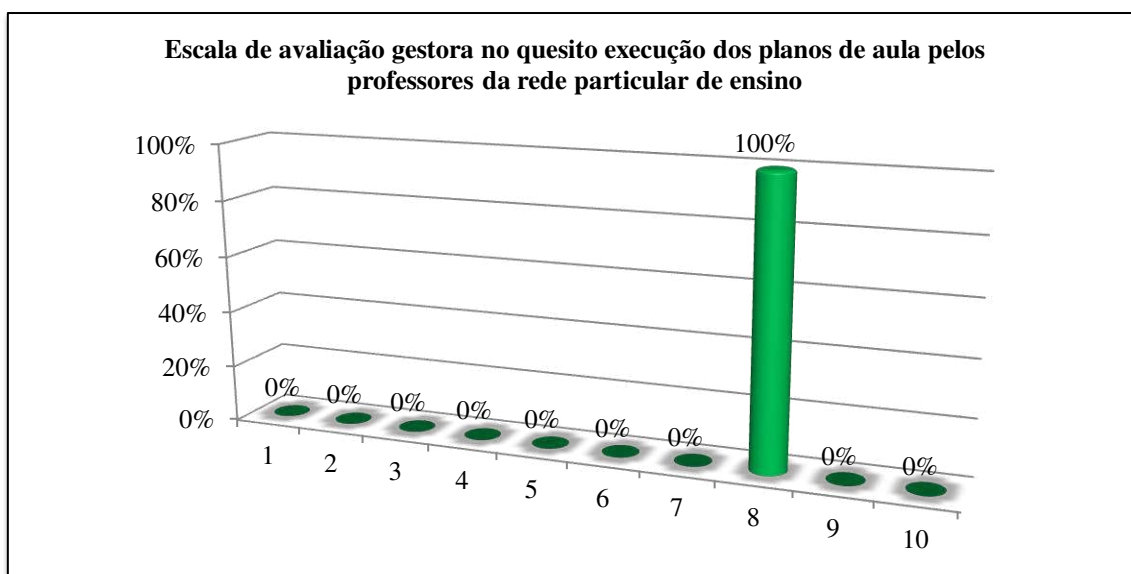
Além disto, pedimos para gestão avaliar em uma escala de 0 a 10 o trabalho dos professores em sala de aula relacionado à elaboração e execução dos planos e esse foi o ponto de vista:

Gráfico 9- Escala de avaliação gestora no quesito execução dos planos de aula pelos professores da rede pública de ensino



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 10- Escala de avaliação gestora no quesito execução dos planos de aula pelos professores da rede particular de ensino



Fonte: Autora (2024).

Por fim, ao indagarmos sobre a importância do plano de aula elaborado pelos professores para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças os gestores/as dizem que é:

Importante, pois garante metodologias para suprir as necessidades dos alunos.
(Gestor 1, rede particular)

É um referencial (Gestor 2, rede particular).

Nesse último comentário a gestão não concluiu o pensamento dessa afirmação. Por outro lado, a gestão das escolas públicas afirma que às vezes tem dificuldade em trabalhar com o corpo docente da escola por eles não cooperarem assiduamente nas atividades, o que acarreta constrangimento e desequilíbrio nas incumbências.

Concluimos a pesquisa perguntando se havia outra questão adicional que esses profissionais gostariam de comentar sobre a temática do Planejamento Educacional e Escolar que ele considerava válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados neste questionário, mas não houve comentários.

Adiante, apresentaremos às mesmas questões que seguem em discursão á supervisão, no intuito de considerar também suas concepções, levando em consideração que ele é um profissional que está diretamente ligada ao trabalho do professor, cooperando com ele e tornando o seu trabalho mais produtivo.

4.6 Perfis dos supervisores participantes da pesquisa

A supervisão por lidar diretamente com os professores tem muito a contribuir conosco e também com a escola onde exercem essa função. Eles são fundamentais na orientação dos planejamentos e planos diários elaborados pelos professores.

4.6.1 Supervisores da rede pública

Na supervisão dessa rede somente um profissional, de uma das escolas, participou da pesquisa. O mesmo afirma ter especialização na área da educação e ter ingressado na educação por intermédio de indicação, e atua no cargo a mais de 3 anos com um regime de trabalho parcial de 20 horas. Além de supervisor, exerceu a função de professor. E dedica seu trabalho totalmente nesta rede porque não atua em mais de uma instituição escolar como supervisor ou docente.

4.6.2 Supervisores da rede particular

A supervisão dessa rede teve participação integral na pesquisa. Os mesmos declaram ter apenas a graduação na área da educação e ter ingressado na educação por intermédio de indicação. Atuando no cargo entre 3 e 10 anos, com um regime de trabalho integral de 40 horas. Além de supervisor, exerceram a função de professora dos anos iniciais do ensino fundamental e monitor de alunos. E dedicam seu trabalho totalmente nesta rede e não atua em mais de uma instituição escolar como supervisor ou docente.

Conforme dados da pesquisa os supervisores da rede pública tem um nível de formação maior em comparação aos da rede particular com formas de ingresso iguais, e carga horária diferente. O período de tempo da supervisão atuando na educação é superior aos da rede particular. Ambos os supervisores (de rede pública e particular) exerceram outras funções na educação além da supervisão. E os mesmos dedicam seu trabalho apenas em uma instituição de ensino.

4.7 Perspectivas teóricas e práticas sobre o planejamento educacional e escolar dos supervisores da rede pública e particular de ensino

Além do perfil profissional o questionário contribui detalhando as perspectivas sobre a temática de planejamento educacional e escolar também sob a visão dos supervisores. Onde a primeira questão foi dizer se o Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar influenciam na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos.

Vejamos algumas das justificativas apresentadas por eles:

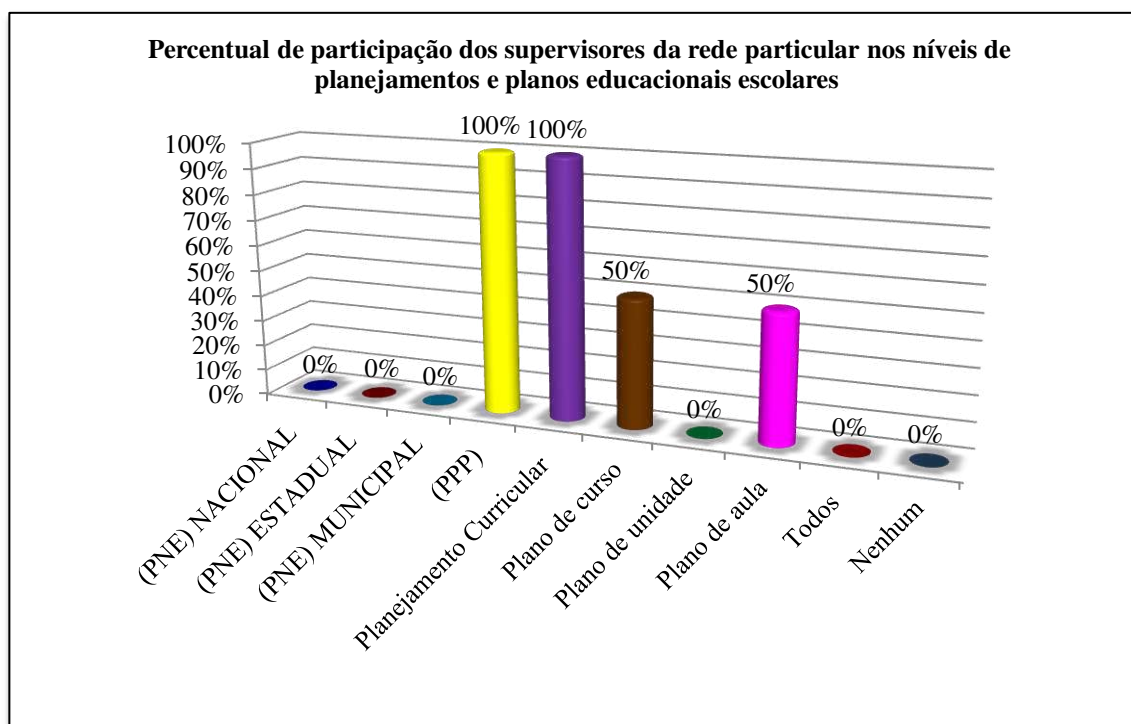
O ato de planejar norteia o ensino como rotas para se chegar a um determinado lugar[...]” (Supervisor A, rede pública).

O planejamento deve ser o alicerce na realização de qualquer atividade a ser desenvolvida, seja ela a curto, médio ou longo prazo e, no contexto educacional, este tem grande importância no andamento das práticas pedagógicas, visando que a flexibilidade é importante conforme a necessidade de cada aluno (Supervisor 1, rede particular).

Seguir por um caminho sem saber como e onde quer chegar, é perda de tempo. (Supervisor 2, rede particular).

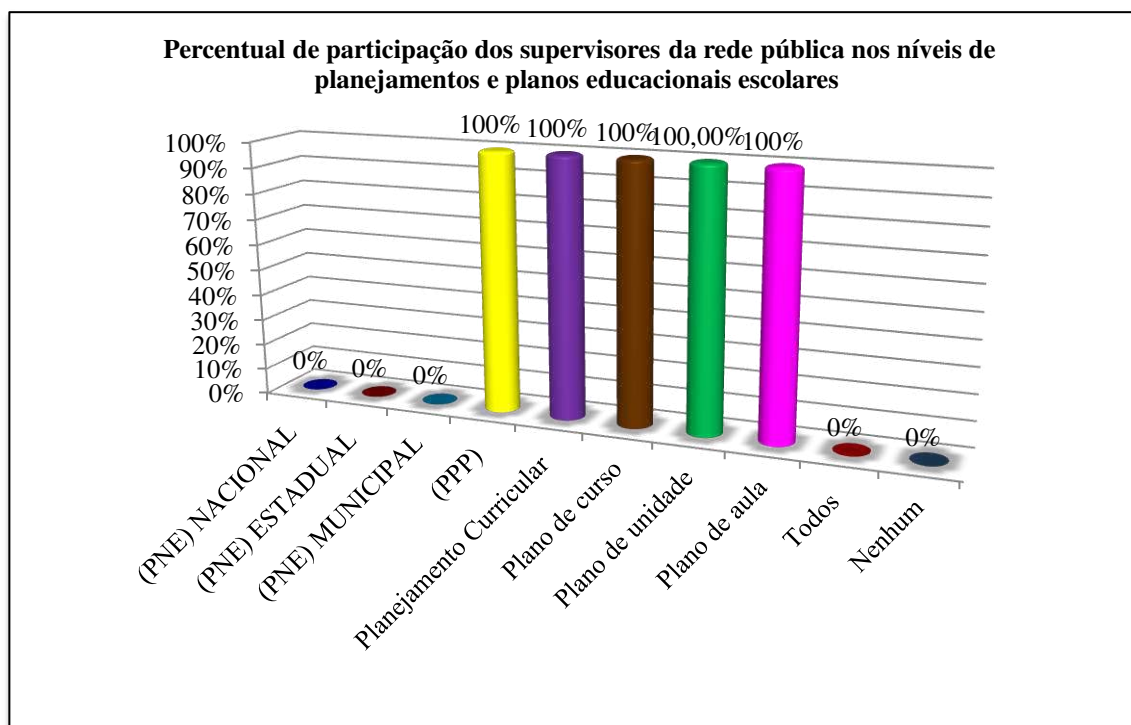
Essa categoria de profissionais da educação básica reconhece a influência dos planejamentos e planos para o ensino-aprendizagem, mas isso não é o bastante para garantir a sua efetivação. Posto que, a participação nas discursões e elaborações nos níveis de planejamento são fundamentais, adiante podemos ver o percentual de participação da supervisão.

Gráfico 11- Percentual de participação dos supervisores da rede pública nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 12- Percentual de participação dos supervisores da rede particular nos níveis de planejamentos e planos educacionais escolares



Fonte: Autora (2024).

De todos os níveis de planejamento exceto o Plano Nacional De Educação (PNE), tem uma participação ativa dos profissionais de ambas as redes. Então é notório, diante desses dados, enxergar pouquidade na observação e participação de um dos documentos fundamentais para se inserir na elaboração dos planejamentos, porque o mesmo contém informações necessárias para as demais considerarem.

Torno a afirmar que esse documento reúne informações cruciais para qualquer passo que se pensar em dar nos planejamentos escolares, a título de exemplo, no que se refere à alfabetização das crianças, alvo da Meta 5, do atual PNE, os resultados da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apresenta desequilíbrios nos níveis de alfabetização dos estudantes brasileiros entre as regiões e as unidades federativas. Enquanto a concentração de alunos nos níveis 5 e 6 da escala de proficiência de Língua Portuguesa foi de cerca de 47,5% na região Sul, apresenta cerca de 31% no Norte e 36% no Nordeste (Inep, 2022), ou seja, esse documento nos revela onde devemos atuar e para que deliberadamente.

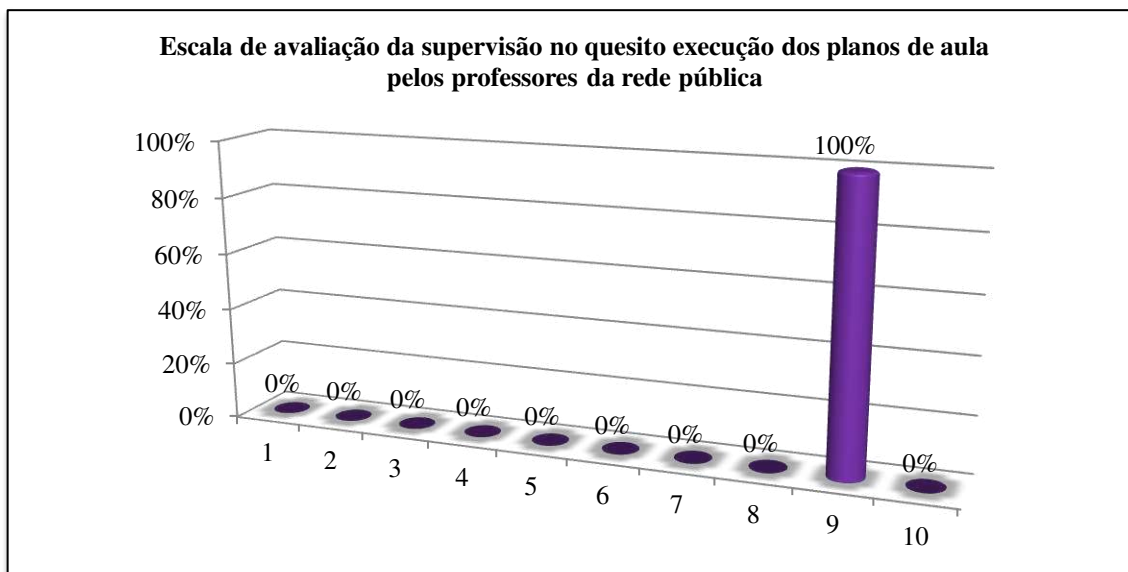
Em relação à realização dos Planejamentos Escolares das redes, são realizadas respectivamente; no período mensal e bimestral. Contando integralmente com a orientação e acompanhamento das elaborações do plano de aula por parte da supervisão.

Por estarem bem próximos aos professores, os supervisores afirmam ter a participação destes profissionais nos períodos dedicados ao planejamento, a reuniões de planejamento, a elaboração do PPP, a elaboração dos Planos de Curso de Unidade e de Aula em tempo integral.

A supervisão da rede pública em sua maioria diz identificar parcialmente a inclusão dos alunos com necessidades específicas nos planos de aula que os professores elaboram. Embora, a supervisão da rede particular afirme totalmente. As duas redes, também consideram que “às vezes” a escola dispõe de recursos materiais previstos nos planos de aula dos professores. O que se torna uma afirmação duvidosa por os professores em seu discurso acima afirmarem ter esses recursos a sua disposição. Apesar disso, eles afirmam que os professores não têm dificuldades em planejar suas aulas.

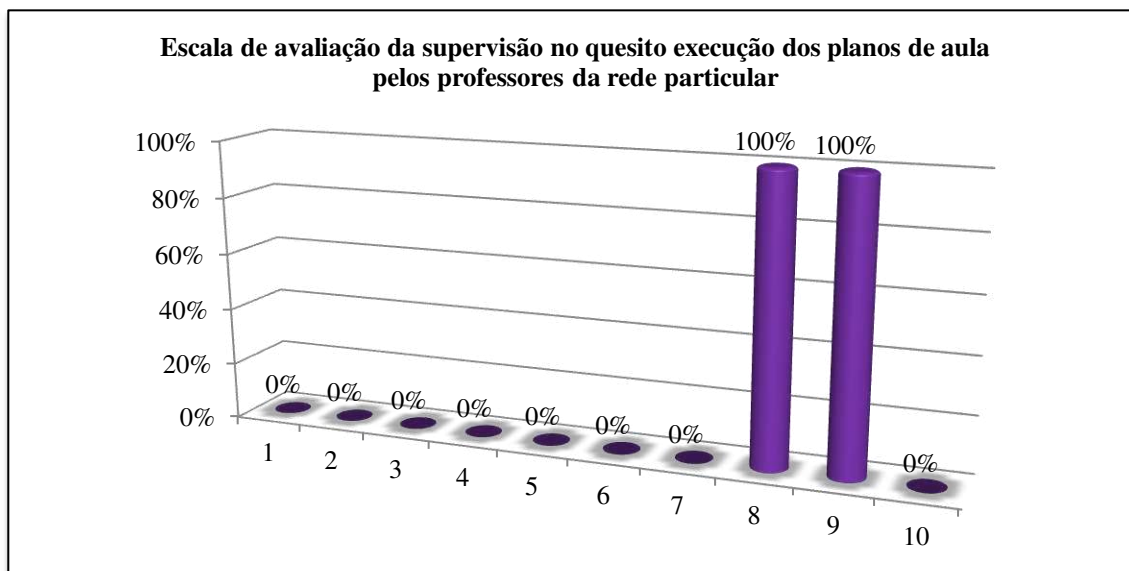
À vista disso, propomos aos supervisores indicarem em uma escala de 0 a 10 o trabalho dos professores da sua escola relacionado à elaboração e execução dos planos de aula, e essas foram às indicações:

Gráfico 13- Escala de avaliação da supervisão no quesito execução dos planos de aula pelos professores da rede pública



Fonte: Autora (2024).

Gráfico 14- Escala de avaliação da supervisão no quesito execução dos planos de aula pelos professores da rede particular



Fonte: Autora (2024).

Ao retomarmos o assunto sobre o papel do plano de aula elaborado pelos professores para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças a supervisão reitera que é:

Esclarecedor, uma vez que é a receita do dia para juntar tudo o que foi preparado para repassar as crianças (Supervisor 1, rede pública).

O planejamento de aula é de fundamental importância para que se atinja êxito no processo de ensino-aprendizagem. A sua ausência pode ter como consequência, aulas monótonas e desorganizadas, desencadeando o desinteresse dos alunos pelo conteúdo e tornando as aulas desestimulantes (Supervisor 2, rede particular).

Por fim, a supervisão afirma ter “às vezes” dificuldades em trabalhar com o corpo docente da escola. Justificando que:

A falta de empatia de alguns e a resistência às novas tecnologias (Supervisor 1, rede pública)

Um dos maiores desafios é a resolução de conflitos; individualismo; fofocas; não aceitação dos comandos. (Supervisor 2, rede particular) sege a causa da dificuldade.

Para o desfecho indagamos os supervisores sobre questões adicionais que esses profissionais gostariam de comentar sobre à temática do Planejamento Educacional e Escolar que ele considerava válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados neste questionário, mas não houve informações.

Dessa maneira, o perfil profissional coletado junto às perspectivas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa sobre a temática de planejamento educacional e escolar foi fundamental para tratarmos junto às hipóteses equacionadas as implicações desse processo. Como os professores lidam com o protagonismo da elaboração dos planejamentos e planos de aula, pois foi o nosso grande objeto de investigação.

A partir do momento em que a ausência de participação desses sujeitos se demonstrou elevada na pesquisa já temos respostas ao que pretendíamos confirmar. O distanciamento anunciado nos índices que declaram os gráficos quanto à participação da elaboração de documentos e discursões sobre esses documentos, bem como o descarte de alguns materiais específicos elaborados com o fim de amparar as propostas do professor também são resultados que já esperávamos obter.

Apesar de muitos estarem cumprindo o seu papel, ainda existe aqueles que precisam somar esforços e considerar as possibilidades de se inserir nas discursões e elaborações previstas em suas atividades como profissional da educação. Portanto, o desfecho dessa investigação e os esforços deliberados soma-se a necessidade de continuarmos discutindo esse assunto tão relevante e que segue impactando os processos educativos e os sujeitos que participam dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática de planejamento educacional e escolar é compreendida pelo seu papel de estabelecer critérios sistemáticos que preconizam a produção intelectual dos estudantes com o fim de viabilizar o ensino-aprendizagem. E que por se tratar de um dever do professor e direito do estudante necessita de uma dedicação específica no contexto escolar.

Concluimos a partir dos estudos bibliográficos, junto às determinações legais da educação e em confronto com os resultados da pesquisa de campo realizada com os professores, gestores e supervisores das redes pública e particular de ensino que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, que o plano de aula ainda não é considerado em sua plenitude como um elemento que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem como ansiado.

A análise do perfil profissional dos participantes da pesquisa apresentou apenas a trajetória de “formação acadêmica profissional” desses docentes. Já na prática, não conseguimos observar uma aplicação plena do que é ensinado no curso sobre a atividade de planejar.

As concepções sobre a relação entre os documentos que referenciam o Planejamento educacional na prática pedagógica não tem sido tomado como referência para a elaboração dos planejamentos e planos. Na pesquisa os sujeitos demonstram a necessidade de buscar estratégias para se aproximar mais do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como do Projeto Político Pedagógico (PPP) antes de partir para o plano de aula e seus semelhantes. O uso do livro didático, da BNCC, também foram exemplos de instrumentos, que foi construído e pensado em uma perspectiva ampla demais, logo o professor deve avaliar as possibilidades de ensino para o público que esta atendendo e não considerá-lo como o mais importante como aponta os resultados da pesquisa.

Partindo do pressuposto teórico que as instituições de ensino garantem procedimentos mais eficazes, quando promovem reuniões para firmar uma articulação do conteúdo teórico com a vivência prática do aluno, onde as práticas pedagógicas precisam estar sincronizadas com a realidade social e as prerrogativas legais da educação designada aos docentes. Os professores consideram ter orientação da gestão em suas atividades e materiais que amparam as propostas que elaboram. Mas embora “amparados” à frequência com que isso acontece não é constante.

Reconhecemos uma parte dos professores que ainda consideram que o planejamento não influencia nos índices de aprendizagem dos alunos, em outras palavras, como posto em uma das hipóteses levantadas: “a negação do ato de planejar por considerá-lo desnecessário”. Nesse aspecto, consideramos que a discussão em torno da temática seja na formação inicial, ou na formação continuada deve propiciar aos professores reflexões e encaminhamentos para que possam entender que o seu trabalho vai impactar em quesitos que dizem respeito à aprendizagem do aluno e a garantia do cumprimento das prerrogativas legais que estabelecem metas e estratégias para o aumento dos índices educacionais pré-estabelecidos em documentos oficiais.

A elaboração dos planos de aula além de conter um significado para o professor deve ter uma aplicação efetiva e crítica, levando em conta o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos com os quais eles trabalham além das particularidades da escola. O trabalho de elaborar precisa contar com um professor que esteja ciente dos interesses educacional, das limitações da escola e das dificuldades do seu aluno na execução desse plano de ações. Assim, considerar as etapas do planejar vai contribuir para que esse trabalho logre êxito e consiga identificar possíveis obstáculos, que o levaram a formular novas hipóteses, logo, novas metodologias.

Portanto, a escola precisa contar com professores dispostos a elaborar os seus planos e planejamentos de forma crítica, refletida, uma gestão democrática que oriente e acompanhe o professor e uma comunidade e família que participe das discussões e determinações dos critérios discutidos dentro das perspectivas de educar, constantemente, para que só assim tenhamos um compromisso coletivo com os processos sociais, educacionais e pedagógicos.

Nesta pesquisa observamos que o trabalho do professor se desdobra em meio tantas incumbências e que diante dessa atividade de planejar as ações, a melhor postura que o professor deve tomar é a de desenvolver critérios para não levar em conta uma demanda que não seja possível aplicar. Considerar novas metodologias, meios para atender as mais diversas demandas seja as sociais, pedagógicas e particulares do aluno fará toda a diferença. Não dá para considerar tudo, mas no meio de tudo sempre tem algo mais importante para ser ensinado e aprendido e é nesse ponto que o professor deve chegar, ou melhor, estar constantemente.

A pesquisa foi importante para mostrar que a temática do Planejamento Educacional e Escolar deve ser discutida permanentemente entre os professores para que seja

efetivada no dia a dia em consonância ao que foi aprendido durante a preparação para ocupar cargos no magistério da educação básica.

Ademais, planejar consiste em levar a sério as demandas dessa profissão, e as implicações nos índices de educação do país. Onde os mesmos podem comprometer a geração posterior que ira assumir esse encargo seja de forma negativa ou positiva. Por esse motivo a discursão sobre a visão dos professores sobre o planejamento educacional e escolar e suas implicações no contexto da sua prática pedagógica envolvendo os processos de ensino e aprendizagem não devem parar por aqui.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucenilda S. M. C. Eixo 2: **Conferência mundial sobre educação para todos**. In: MAUES, Olgaíses C. al. Glossário: a internacionalização da educação: os organismos internacionais e a formação docente, 1 ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF: Senado, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 10 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/Diretorias/DAPLI/cil/legislacoes_cil/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNECP_n%C2%BA_02_de_22_dezembro_de_2017_Institui%C3%A7%C3%A3o_e_implanta%C3%A7%C3%A3o_da_BNCC.pdf Acesso em: 10 de nov. de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. – Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-4o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-PNE-2022> Acesso em: 17 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal. Edições 70, Lda, 1997.

BORGES, M. F; Conceição, S. H. **Planos Municipais de Educação (PMEs):** restrições políticas, econômicas e metodológicas no processo de elaboração e acompanhamento em municípios baianos. Educação Unisinos. v.21, p.124-136, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449652565002>. Acesso em: 30 de nov. de 2024

CARVALHO, T. C. de; TORTORELI, A. C. Prática de Ensino da Educação Básica. In: CARVALHO, T. C. de; TORTORELI, A. C. **Projeto político-pedagógico e a sua relação com a prática docente** p. 99-132. Maringá-PR: UniCesumar, 2022.

COSTA, A. C.; MADEIRA, A. I. **A Construção do Projeto Educativo de Escola:** estudos de caso no ensino básico. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

CHERVEL, A. **Histórias das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p.177-229, 1990.

COMPOSIÇÃO DO IDEB 2023. Qedu. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2109908-santa-ines> Acesso em: 24 de nov. de 2024.

FUSARI, J. C. **O planejamento do trabalho pedagógico:** algumas indagações e tentativas de respostas. Série Ideias, v. 8, n. 1, 990, p. 44-53. São Paulo, SE/CENP, 1988. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf Acesso em: 24 de nov. de 2024.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não:** um modo de agir num mundo em permanente mudança. RJ: Paz e Terra, 1979.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

LIBÂNEO, A. C. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO. **Didática** 25. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José, C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992.

MARÇAL, J. C.; SOUSA, J. V. de. **Progestão:** como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Brasília: CONSED, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre Currículo:** currículo, conhecimento e cultura. Brasília: MEC: Secretaria de Educação Básica, [s.l.] ,2007.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT' ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?**. 10 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, Alessandro; URBANETZ, Sandra. T. **Fundamentos de Didática** 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS? PROVAFÁCIL, 2022. Disponível em: <https://provafacilnaweb.com.br/blog/diretrizes-curriculares-nacionais/#:~:text=Os%20PCN%2C%20portanto%2C%20assinalam%20orienta%C3%A7%C3%B5es,focam%20em%20metas%20e%20objetivos>. Acesso em: 24 de nov. de 2024.

RANGEL, Mary. **Supervisão e gestão na escola:** Conceitos e práticas de mediação Brasil, Papirus, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, São Paulo. Autores associados, 2014.

SOBRINHO, J. **Reflexões sobre os planos decenais municipais de educação.** São Paulo: Vozes, 1994.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Manual De Normatização De Trabalhos Acadêmicos.** 5. ed. São Luís: EDUEMA, 2023.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. 20. Ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, I. P. A. **A Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (org.). **Dimensões do Projeto Político-Pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico:** uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno CEDES, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267–281, dez. 2006.

VYGOTSKY, L.S. **Obras escogidas.** Madri: Visor DISTRIBUCIONES/MEC, 1993.

VALADÃO, T. G.; MENDES, E. G. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado:** estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, [s.l.] v. 23, 2018.



UEMA- CAMPUS SANTA INÊS

DEPARTAMENTO DE LETRAS E PEDAGOGIA

CURSO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Eu, _____, dou meu **consentimento livre e esclarecido** para participar como voluntário (a) da pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), **PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES:** o plano de aula no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Sob a responsabilidade da pesquisadora, Beatriz Da Silva Apolina, acadêmicas do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), orientado pela Professora Doutora Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

Assinando este termo de Consentimento, estou ciente de que:

- 1- Este estudo é justificado mediante sua relevância teórico- prática sobre o desenvolvimento do Planejamento Educacional e Escolar, que pretende elucidar a visão dos professores e suas perspectivas sobre a elaboração do plano de aula para a condução do processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Considerando aspectos que importam pelo simples fato de no curso de nossas vidas vivenciarmos a escola e sem perceber participar da existência ou não de um trabalho planejado.
- 2- Tem como objetivo geral: Investigar sob a perspectiva dos professores as concepções sobre planejamento educacional e escolar e as possíveis implicações do planejamento da prática pedagógica no processo efetivo de ensino-aprendizagem.

- 3- Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, para fundamentar nossa argumentação, podendo a partir da mesma confirmar as hipóteses levantadas. Além disso, identificar/perceber os desafios enfrentados por professores e alunos no processo de escolarização nos anos iniciais do ensino fundamental.
- 4- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
- 5- Estou livre para interromper, a qualquer momento, minha participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação.
- 6- Poderei contatar a pesquisadora responsável pela pesquisa através do telefone (98) 99177-9431.

Santa Inês - MA, _____ de _____ de 2024.

(assinatura do voluntário)

**UEMA- CAMPUS SANTA INÊS****DEPARTAMENTO DE LETRAS E PEDAGOGIA****CURSO DE PEDAGOGIA****APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA O/A PROFESSOR/A****Caro/a Professor/a,**

Este questionário tem por objetivo registrar e considerar seu perfil profissional e alguns aspectos pedagógicos sob suas perspectivas acerca do planejamento educacional e escolar, desenvolvidos por você no seu atual encargo profissional, bem como as atividades desenvolvidas pela escola.

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fundamentar hipóteses levantadas junto aos referenciais teóricos para o desfecho da elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), com o fim de colar grau em licenciatura plena em Pedagogia. Suas concepções serão fundamentais para consolidar nossa percepção, portanto, contamos com sua valiosa participação para a concretização dessa pesquisa.

2 PERFIL PROFISSIONAL

Nome: _____

Idade: _____

Escola que atua como Professor/a: _____

2.1 Qual a sua formação profissional na área da educação?

() Magistério () graduação () especialização () mestrado () doutorado

2.2 Qual sua forma de ingresso na educação?

☐ concurso público ☐ processo seletivo ☐ indicação ☐ outros _____.

2.3 A quanto tempo você atua como professor/a?

☐ Entre 0 e 3 anos. ☐ Entre 3 e 10 anos. ☐ Mais de 15 anos. Outros _____.

2.4 Qual o seu atual regime de trabalho?

☐ Tempo integral (40h).

☐ Parcial (20h).

☐ Horista.

2.5 Além de professor/a, você já exerceu outra função no âmbito educacional escolar? Se sim qual (is)? _____

2.6 Você atua em mais de uma instituição escolar como docente?

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA ÓTICA DOS PROFESSORES

3.1 Você considera que o Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar influenciam na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

Justifique sua resposta a partir da afirmação acima:

_____.

3.2 Quais desses níveis de planejamentos e planos você participa ou elabora durante o ano letivo?

☐ Plano nacional de educação (PNE) NACIONAL

- ☐ Plano nacional de educação (PNE) ESTADUAL
- ☐ Plano nacional de educação (PNE) MUNICIPAL
- ☐ Projeto Político Pedagógico (PPP)
- ☐ Planejamento Curricular
- ☐ Plano de curso
- ☐ Plano de unidade
- ☐ Plano de aula
- ☐ Todos
- ☐ Nenhum

3.3 Qual a periodicidade de realização do Planejamento Escolar e da elaboração dos Planos de Aula na/s escola/s que você atua:

- ☐ Planejamento Escolar (Semanalmente)
- ☐ Planejamento Escolar (Mensalmente)
- ☐ Planejamento Escolar (Bimestralmente)
- ☐ Elaboração dos Planos de Aula (Semanalmente)
- ☐ Elaboração dos Planos de Aula (Mensalmente)
- ☐ Elaboração dos Planos de Aula (Bimestralmente)
- ☐ Outros.

3.4 Quais instrumentos / Documentos você considera ao elaborar seus planos de aula?

- ☐ BNCC
- ☐ Projeto Político Pedagógico (PPP)
- ☐ Livro didático
- ☐ Roteiro de atividades fornecidos pela Supervisão Escolar
- ☐ Planos online
- ☐ PCN's

☐ DCN's

☐ Outros.

3.5 Você consegue executar os seus planos de aula conforme planejado?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

Justifique sua resposta a partir da afirmação acima:

3.6 Na/s sala/s que você atua existe alguma/s criança/s com dificuldade de aprendizagem específica (DAE's)?

☐ Sim.

☐ Não.

3.7 Você elabora os planos individuais para atender as crianças com dificuldade de aprendizagem específica (DAE's)?

☐ Sim.

☐ Não.

3.8 Você tem alguma dificuldade ao elaborar os planos individuais dos seus alunos com necessidades específicas? Se sim quais?

3.9 A gestão da sua escola e a Supervisão Pedagógica orienta e/ou observa você na execução ou elaboração dos seus planos de aula?

☐ Só observa

☐ Só orienta

☐ Orienta e observa

☐ Não observa e nem orienta

3.10 A escola dispõe de recursos materiais previstos em seus planos de aula?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

3.11 Você possui alguma dificuldade para elaborar seus planos de aula? Caso sim, quais?

3.12 Para você, qual é a importância da elaboração do plano de aula para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças?

4 QUESTÕES ADICIONAIS

4.1 Exponha aqui quais outras questões relacionadas à temática do Planejamento Educacional e Escolar que você considera válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados neste questionário:

**UEMA- CAMPUS SANTA INÊS****DEPARTAMENTO DE LETRAS E PEDAGOGIA****CURSO DE PEDAGOGIA****APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA O/A GESTOR/A**

Caro/a Gestor/a,

Este questionário tem por objetivo registrar e considerar seu perfil profissional e alguns aspectos pedagógicos sob suas perspectivas acerca do planejamento educacional e escolar, desenvolvidos por você no seu atual encargo profissional, bem como as atividades desenvolvidas pela escola.

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fundamentar as hipóteses levantadas junto aos referenciais teóricos para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC). Suas concepções serão fundamentais para consolidar nossa percepção, portanto, contamos com sua valiosa participação para a concretização dessa pesquisa.

2 PERFIL PROFISSIONAL

Nome: _____

Idade: _____

Escola que atua como gestor/a: _____

2.1 Qual a sua formação profissional na área da educação?

() Magistério () graduação () especialização () mestrado () doutorado

2.2 Qual sua forma de ingresso na educação?

() concurso público () processo seletivo () indicação () outros _____.

2.3 A quanto tempo você atua como gestor/a?

() Entre 0 e 3 anos. () Entre 3 e 10 anos. () Mais de 15 anos. Outros _____.

2.4 Qual o seu atual regime de trabalho?

() Tempo integral (40h).

() Parcial (20h).

() Horista.

2.5 Além de gestor/a, você já exerceu outra função no âmbito educacional escolar? Se sim qual (is)? _____

2.6 Você atua em mais de uma instituição escolar como gestor/a?

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA ÓTICA DA GESTÃO

3.1 Você considera que o Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar influenciam na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos?

() Sim, totalmente.

() Sim, parcialmente.

() Sim, raramente.

() Não.

Justifique sua resposta a partir da afirmação acima:

_____.

3.2 Quais desses níveis de planejamentos e planos você participa ou elabora durante o ano letivo?

() Plano nacional de educação (PNE) NACIONAL

() Plano nacional de educação (PNE) ESTADUAL

() Plano nacional de educação (PNE) MUNICIPAL

☐ Projeto Político Pedagógico (PPP)

☐ Planejamento Curricular

☐ Plano de curso

☐ Plano de unidade

☐ Plano de aula

☐ Todos

☐ Nenhum

3.3 Qual a periodicidade de realização do Planejamento Escolar na/s escola/s que você atua:

☐ Planejamento Escolar (Semanalmente)

☐ Planejamento Escolar (Mensalmente)

☐ Planejamento Escolar (Bimestralmente)

3.4 Você orienta e/ou acompanha os professores nas elaborações do plano de aula?

☐ Só oriento.

☐ Só acompanho.

☐ Oriento e acompanho.

3.5 Os professores participam dos períodos dedicados ao planejamento, (reuniões de planejamento, elaboração do PPP, elaboração dos Planos de Curso, Unidade e Aula?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

3.6 Você identifica se os professores conseguem incluir os alunos com necessidades específicas nos seus planos de aula?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

3.7 Você considera que a escola dispõe de recursos materiais previstos nos planos de aula dos professores?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

3.8 Você considera que os professores tenham alguma dificuldade em planejar? Se Sim, você atribui as dificuldades a que fatores?

Se a resposta for NÃO, não é necessário justificar.

3.9 Em uma escala de 0 a 10 como você avalia o trabalho dos professores da sua escola relacionado a elaboração e execução dos planos de aula?

☐0 ☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6 ☐7 ☐8 ☐9 ☐10

3.10 Para você qual a importância do plano de aula elaborado pelo professor para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças?

3.11 Você tem alguma dificuldade em trabalhar com o corpo docente da escola?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

Se a resposta acima foi Sim, cite alguns motivos pelo qual se torna difícil trabalhar com esse público!

4 QUESTÕES ADICIONAIS

4.1 Exponha aqui quais outras questões relacionadas à temática do Planejamento Educacional e Escolar que você considera válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados neste questionário:

**UEMA- CAMPUS SANTA INÊS****DEPARTAMENTO DE LETRAS E PEDAGOGIA****CURSO DE PEDAGOGIA****APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA O/A SUPERVISOR/A**

Caro/a Supervisor/a,

Este questionário tem por objetivo registrar e considerar seu perfil profissional e alguns aspectos pedagógicos sob suas perspectivas acerca do planejamento educacional e escolar, desenvolvidos por você no seu atual encargo profissional, bem como as atividades desenvolvidas pela escola.

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fundamentar as hipóteses levantadas junto aos referenciais teóricos para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Suas concepções serão fundamentais para consolidar nossa percepção, portanto, contamos com sua valiosa participação para a concretização dessa pesquisa.

2 PERFIL PROFISSIONAL

Nome: _____

Idade: _____

Escola que atua como supervisor/a: _____

2.1 Qual a sua formação profissional na área da educação?

() Magistério () graduação () especialização () mestrado () doutorado

2.2 Qual sua forma de ingresso na educação?

☐ concurso público ☐ processo seletivo ☐ indicação ☐ outros _____.

2.3 A quanto tempo você atua como supervisor/a:?

☐ Entre 0 e 3 anos. ☐ Entre 3 e 10 anos. ☐ Mais de 15 anos. Outros _____.

2.4 Qual o seu atual regime de trabalho?

☐ Tempo integral (40h).

☐ Parcial (20h).

☐ Horista.

2.5 Além de supervisor/a, você já exerceu outra função no âmbito educacional escolar? Se sim qual (is)? _____

2.6 Você atua em mais de uma instituição escolar como docente?

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA ÓTICA DA SUPERVISÃO

3.1 Você considera que o Planejamento Educacional e o Planejamento Escolar influenciam na qualidade do trabalho docente e nos índices de aprendizagem dos alunos?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

Justifique sua resposta a partir da afirmação acima:

_____.

3.2 Quais desses níveis de planejamentos e planos você participa ou elabora durante o ano letivo?

☐ Plano nacional de educação (PNE) NACIONAL

☐ Plano nacional de educação (PNE) ESTADUAL

☐ Plano nacional de educação (PNE) MUNICIPAL

☐ Projeto Político Pedagógico (PPP)

☐ Planejamento Curricular

☐ Plano de curso

☐ Plano de unidade

☐ Plano de aula

☐ Todos

☐ Nenhum

3.3 Qual a periodicidade de realização do Planejamento Escolar na/s escola/s que você atua:

☐ Planejamento Escolar (Semanalmente)

☐ Planejamento Escolar (Mensalmente)

☐ Planejamento Escolar (Bimestralmente)

3.4 Você orienta e/ou acompanha os professores nas elaborações do plano de aula?

☐ Só oriento.

☐ Só acompanho.

☐ Oriento e acompanho.

3.5 Os professores participam dos períodos dedicados ao planejamento, (reuniões de planejamento, elaboração do PPP, elaboração dos Planos de Curso, Unidade e Aula?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

3.6 Você identifica se os professores conseguem incluir os alunos com necessidades específicas nos seus planos de aula?

☐ Sim, totalmente.

☐ Sim, parcialmente.

☐ Sim, raramente.

☐ Não.

3.7 Você considera que a escola dispõe de recursos materiais previstos nos planos de aula dos professores?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

3.8 Você considera que os professores tenham alguma dificuldade em planejar? Se Sim, você atribui as dificuldades a que fatores? Se a resposta for NÃO, não é necessário justificar.

3.9 Em uma escala de 0 a 10 como você avalia o trabalho dos professores da sua escola relacionado a elaboração e execução dos planos de aula?

☐0 ☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6 ☐7 ☐8 ☐9 ☐10

3.10 Para você qual a importância do plano de aula elaborado pelo professor para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças?

3.11 Você tem alguma dificuldade em trabalhar com o corpo docente da escola?

☐ Sim, sempre.

☐ Sim, às vezes.

☐ Não.

Se a resposta acima foi Sim, cite alguns motivos pelo qual se torna difícil trabalhar com esse público!

4 QUESTÕES ADICIONAIS

4.1 Exponha aqui quais outras questões relacionadas à temática do Planejamento Educacional e Escolar que você considera válido discutir dentro dessa perspectiva que não foram explorados neste questionário:



CAMPUS SANTA INÊS

ANEXO A –Ofício nº 03/2024 – DIR PED/UEMA-Escola Municipal Ferdnan Gutman.

Ofício nº 03/2024 – DIR PED/UEMA

Da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Santa Inês

Direção do Curso de Pedagogia

À direção da Escola Municipal Ferdnan Gutman.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicitamos a permissão para que a acadêmica **Beatriz da Silva Apolina, Matrícula: 20200034525** do curso de Pedagogia Licenciatura, desta Universidade, realize, nesse estabelecimento de ensino, a pesquisa referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de Ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental, sob a orientação da professora Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

A finalidade deste trabalho é o desenvolvimento pessoal, profissional e o cumprimento da estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura, conforme regem as Normas Gerais do Ensino de Graduação da IES.

Certos de uma resposta positiva à solicitação exposta, estendemos nossos votos de estima e consideração.

Santa Inês (MA), 08 de março de 2024.

Atenciosamente,


Waldelice Maria Ramos Mendes
Diretora do Curso de Pedagogia
Portaria Nº 232/2021 – GR/UEMA
UEMA/Campus Santa Inês
I.D.: 1712025



CAMPUS SANTA INÊS

ANEXO B –Ofício nº 04/2024 – DIR PED/UEMA- Escola Municipal Papa João Paulo II.

Ofício nº 04/2024 – DIR PED/UEMA

Da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Santa Inês

Direção do Curso de Pedagogia

À direção da Escola Municipal Escola Municipal Papa João Paulo II.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicitamos a permissão para que a acadêmica **Beatriz da Silva Apolina, Matrícula: 20200034525** do curso de Pedagogia Licenciatura, desta Universidade, realize, nesse estabelecimento de ensino, a pesquisa referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de Ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental, sob a orientação da professora Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

A finalidade deste trabalho é o desenvolvimento pessoal, profissional e o cumprimento da estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura, conforme regem as Normas Gerais do Ensino de Graduação da IES.

Certos de uma resposta positiva à solicitação exposta, estendemos nossos votos de estima e consideração.

Santa Inês (MA), 08 de março de 2024.

Atenciosamente,

Waldelice Maria Ramos Mendes
Waldelice Maria Ramos Mendes
Diretora do Curso de Pedagogia
Portaria Nº 232/2021 – GR/UEMA
UEMA/Campus Santa Inês
I.D.: 1712025



CAMPUS SANTA INÊS

ANEXO C –Ofício nº 05/2024 – DIR PED/UEMA- C. E. Menino Jesus.

Ofício nº 05/2024 – DIR PED/UEMA

Da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Santa Inês

Direção do Curso de Pedagogia

À direção do C. E. Menino Jesus.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicitamos a permissão para que a acadêmica **Beatriz da Silva Apolina**, **Matrícula: 20200034525** do curso de Pedagogia Licenciatura, desta Universidade, realize, nesse estabelecimento de ensino, a pesquisa referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de Ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental, sob a orientação da professora Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

A finalidade deste trabalho é o desenvolvimento pessoal, profissional e o cumprimento da estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura, conforme regem as Normas Gerais do Ensino de Graduação da IES.

Certos de uma resposta positiva à solicitação exposta, estendemos nossos votos de estima e consideração.

Santa Inês (MA), 08 de março de 2024.

Atenciosamente,


Waldelice Maria Ramos Mendes
Diretora do Curso de Pedagogia
Portaria Nº 232/2021 – GR/UEMA
UEMA/Campus Santa Inês
I.D.: 1712025



CAMPUS SANTA INÊS

ANEXO D –Ofício nº 06/2024 – DIR PED/UEMA- Escola Adventista de Santa Inês.

Ofício nº 06/2024 – DIR PED/UEMA

Da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Santa Inês

Direção do Curso de Pedagogia

À direção da Escola Adventista de Santa Inês - EASI.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicitamos a permissão para que a acadêmica **Beatriz da Silva Apolina, Matrícula: 20200034525** do curso de Pedagogia Licenciatura, desta Universidade, realize, nesse estabelecimento de ensino, a pesquisa referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES: o plano de aula no processo de Ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental, sob a orientação da professora Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu.

A finalidade deste trabalho é o desenvolvimento pessoal, profissional e o cumprimento da estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura, conforme regem as Normas Gerais do Ensino de Graduação da IES.

Certos de uma resposta positiva à solicitação exposta, estendemos nossos votos de estima e consideração.

Santa Inês (MA), 08 de março de 2024.

Atenciosamente,


Waldelice Maria Ramos Mendes
Diretora do Curso de Pedagogia
Portaria Nº 232/2021 – GR/UEMA
UEMA/Campus Santa Inês
I.D.: 1712025